

ECONOMIA E ANÁLISE DE DISCURSO: PARA ALÉM DA RETÓRICA

Resumo: O artigo tem como objetivos: 1. mostrar como a análise arqueológica de Foucault pode ser útil para entender a produção do saber econômico além da abordagem retórica; e 2. aplicar esta análise para entender as contradições no conceito de indivíduo de J. S. Mill. A metodologia usada para cumprir estes objetivos consiste na apresentação da especificidade do método arqueológico de estudar as ciências humanas (tal como apresentado em *As Palavras e as Coisas* (1966)) e na sua aplicação para o caso do conceito de indivíduo em J. S. Mill. Conclui-se que J. S. Mill conceitua os indivíduos na sua obra como formas do que Foucault denominou a “figura do Homem”.

Palavras-Chave: Foucault, J. S. Mill, arqueologia, figura do Homem.

Abstract: The article has two objectives: 1. To show how a foucauldian archaeological analysis can be useful to understand the production of economic knowledge beyond the rhetorical approach; 2. To apply this analysis to understand the contradictions in the concept of individual by J. S. Mill. The methodology used to carry out these objectives consists in the presentation of the archaeological method for the human sciences (as presented in the *Order of Things* (1966)) and in its application to the concept of individual by J. S. Mill. It is concluded that J. S. Mill conceptualizes individuals in his works as forms of what Foucault called “the figure of Man”.

Keywords: Foucault, J. S. Mill, archaeology of knowledge, figure of Man.

Área 1: História do Pensamento Econômico

Subárea: História do Pensamento Econômico

Classificação JEL: B21, B41

ECONOMIA E ANÁLISE DE DISCURSO: PARA ALÉM DA RETÓRICA

1.Introdução

*“Assim como falham as palavras quando querem exprimir
qualquer pensamento,
Assim falham os pensamentos quando querem exprimir
qualquer realidade.
Mas, como a realidade pensada não é a dita mas a pensada.
Assim a mesma dita realidade existe, não o ser pensada.
Assim tudo o que existe, simplesmente existe.
O resto é uma espécie de sono que temos, infância da doença.
Uma velhice que nos acompanha desde a infância da
doença.”*
Alberto Caeiro, “Assim Como...”

Escrito no início do século XX, o poema “Assim Como...”, de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa, talvez tenha inadvertidamente antevisto muito dos problemas com que a filosofia da linguagem veio a se deparar no decorrer do século XX. Como se vê, o poema trata da impossibilidade de relacionar a realidade do pensamento à realidade das palavras, e esta última à realidade exterior. À tentativa ilusória de ligar estas três realidades incomunicáveis o poeta associa o início de uma velha – e talvez incurável? -- doença.

É exatamente no contexto da dúvida quanto à possibilidade de ligar as realidades do pensamento, das palavras e do mundo que a abordagem retórica na economia ganhou força¹. Assim como no poema de Caeiro, os adeptos da abordagem retórica questionam qualquer relação simples entre a realidade econômica, as teorias econômicas e a referência que uma pode fazer à outra. Mais precisamente, ao enfatizar que os textos acadêmicos em economia não espelham imediatamente a realidade econômica externa, a teoria passou a ter a função precípua de convencer determinado público acerca de determinado ponto de vista. Este convencimento não é feito de forma aleatória, mas seguiria certas regras de boa conversação, como sugere Arida (2003: 36-40). Deste modo, fazer economia retoricamente envolveria estar a par das diversas conversações dos economistas e das regras que elas seguem, de forma a ser capaz de argumentar convincentemente – contra ou a favor – acerca

¹ Primeiramente com artigos de Henderson em 1982 sobre o papel das metáforas na economia, mas principalmente através do artigo de McCloskey publicado no *Journal of Economic Literature*, em 1983. No Brasil, o artigo de Arida, do mesmo ano, já é um clássico na área.

de determinados pontos das discussões. Dentro deste arcabouço, questões sobre a verdade das sentenças ou sobre a referência às práticas econômicas extradiscursivas ficam em segundo plano.

Este artigo pressupõe que questões sobre verdade e referência com relação às práticas econômicas extradiscursivas não devem ficar em segundo plano quando se trata da análise de textos econômicos. Desta forma, uma abordagem retórica consequente deve tratar destas questões, mostrando qual é seu papel dentro do estudo da economia. Assim, vai se propor um tipo de investigação dos textos econômicos que envolve não apenas o convencimento e a interação com uma dada audiência, mas vai *além* dessas dimensões retóricas: envolve também os *modos de mostrar* os objetos ao qual o discurso se refere. Dentro da perspectiva aqui exposta, é exatamente a questão dos modos de mostrar que não é adequadamente tratada na abordagem retórica na economia derivada de McCloskey.

O problema da verdade e referência dentro da retórica da economia, deixe-se logo claro, não é de tratamento simples e já foi discutido tanto no exterior quanto no Brasil². Contudo, até o presente momento, a literatura específica na história do pensamento econômico não se aventurou pelo conjunto de técnicas de leitura desenvolvidas tanto nos EUA quanto na França e Inglaterra conhecidas como *análise de discurso*. A novidade deste artigo está em contribuir para uma análise dos textos econômicos que *vá além da retórica*, complementando-a, de forma que os temas da verdade e da referência sejam aí incluídos. Embora a tarefa de incluir estes temas esteja longe de ser simples, as análises de discurso contemporâneas levam seriamente em conta as críticas às teorias tradicionais da referência na linguística (basicamente a teoria da correspondência) e ao problema da verdade.

Um segundo objetivo do trabalho é mostrar a eficácia da análise proposta para a história do pensamento econômico através de um exemplo. Deste modo, tomar-se-á um problema bem conhecido na história do pensamento econômico – as contradições e tensões no tratamento que J. S. Mill (daqui em diante, Mill) faz do indivíduo --para verificar como a análise do discurso pode ser útil em iluminá-lo³.

² No exterior, podemos citar a coletânea de artigos editada por Maki (2003). No Brasil, temos a coletânea organizada por Gala e Rego (2003). Evidentemente, as próprias definições de “verdade”, “referência” e “retórica” são objeto de disputa. O panorama traçado na seção 2 deixará claro como se entendem estes termos neste artigo.

³ Seguimos aqui a posição de Mattos (1997; 2005) e Paulani (2005).

Neste caso específico, será realizada uma análise do tipo arqueológico, introduzida pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault na década de 1960.

2. Discurso, Verdade, Referência

Doença incurável ou não, os filósofos da linguagem contrapuseram ao pessimismo do poeta o esforço de análise da linguagem, tanto no seu contato com o pensamento quanto com a realidade exterior. Esta análise permitiu caracterizar a linguagem em dimensões distintas, caso se privilegie um ou outro aspecto e/ou problemática da linguagem (por exemplo, sua estrutura própria independente da realidade externa ou a natureza de sua ligação com o mundo exterior, de modo a poder referir). Vamos fazer uma breve introdução a estas dimensões, para verificar onde o discurso se situa⁴.

A primeira dimensão da linguagem é a dos *signos*. O estudo da estrutura dos signos, desenvolvido primeiramente por Saussure, foi o marco zero da linguística, e revelou que a linguagem possui uma organização própria que prescinde do mundo exterior para funcionar. A famosa frase de Chomsky, “ideias verdes dormem furiosamente sobre a grama” é exemplo disso: ela é sintaticamente correta, mas não encontra correspondência alguma com o mundo. Para Saussure, a sintática trata das regras que coordenam esta estrutura a-histórica da língua, e não da relação da linguagem com o mundo, que seria objeto da filosofia. Deste modo, uma abordagem de textos econômicos que privilegiasse sua coerência e estrutura internas não nos ajudaria a resolver o problema espinhoso da referência e da verdade.

Passemos, então, à dimensão das *proposições*, que almejam ter significado e dizer a verdade ou falsidade sobre estados de coisas e fatos do mundo exterior. Ela não é redutível à primeira dimensão, já que claramente visa estudar a ligação da linguagem com o mundo. Em princípio, estudar a economia desta perspectiva pode nos ser útil, pois trata especificamente do problema da verdade e referência.

Desde os lógicos de Port Royal, no século XVII, até Bertrand Russell e os positivistas lógicos, no início do século XX, pode-se dizer, *grosso modo*, que há dois

⁴ Devo esta caracterização multidimensional da linguagem ao trabalho de Araújo (2004). As referências quanto à história da filosofia da linguagem no século XX vêm de Araújo (2004) e Baldwin (2008).

pressupostos fundamentais sobre como as sentenças de uma linguagem se relacionam com os estados de coisas do mundo. O primeiro é que, se uma linguagem é sintática e semanticamente não ambígua, as sentenças representam os fatos e os estados de coisas do mundo por meio de uma relação de *correspondência* (a chamada *teoria da correspondência da verdade*). O segundo pressuposto é que as proposições podem ser verdadeiras ou falsas, dependendo da correspondência (ou não) entre os fatos e/ou estados de mundo que a sentença pretende descrever⁵. Dentro desta perspectiva, a linguagem pode ser vista como um “meio de troca” que intercambia pensamentos com fatos/estados de coisas no mundo. Na adequação das palavras aos pensamentos e aos estados do mundo o conhecimento verdadeiro é gerado. O sujeito capaz de gerar essa adequação por meio das palavras também não é um sujeito historicamente situado, mas antes um *cogito cartesiano*. Muito resumidamente, o *cogito* pode ser compreendido como a parte pensante do sujeito, dotado de ideias claras e distintas. Esta parte pensante não faz parte do corpo físico do sujeito. No entanto, estas idéias podem ser expressas por palavras corretamente combinadas numa sintaxe. Deste modo, as idéias claras e distintas do *cogito* podem fazer referência aos entes concretos do mundo através das palavras.

Todo este arcabouço conceitual foi posto em cheque durante o século XX: por um lado, Frege mostrou que podemos falar com sentido sobre algo sem referência no mundo – por exemplo, “o maior número inteiro”, ou “cavalo alado”. O problema das “frases protocolo” entre os positivistas lógicos também mostrou ser questionável a ideia de haver uma correspondência imediata entre dados atômicos dos sentidos e palavras usadas pelo cientista/observador. Por fim, Quine mostrou que os termos da linguagem não se relacionam um a um, biunivocamente, com os entes na realidade: na verdade, eles formam um sistema cujos termos *podem referir* a aspectos da realidade, sob certas condições. Para que a referência se efetive, deve haver um contexto discursivo e extradiscursivo⁶ que instrua o falante no processo de referir a palavra x ao ente y no mundo. Assim, a atividade de referência da

⁵ Este não é a única tradição no pensamento europeu no tratamento da linguagem. A tradição hegeliana, por exemplo, não considera que o discurso faz a ponte entre o pensamento e o mundo, mas que o discurso científico é “em si, objetividade verdadeira” (Reid, J., 2007: 3).

⁶ Ou seja, a existência de uma rede de instituições sociais, econômicas e políticas que permitam e necessitem da produção de textos no seu funcionamento.

linguagem pode ser bem ou mal sucedida dependendo do contexto onde a sentença é proferida.

Ora, todos os exemplos acima apontam para a linguagem *não* como produto de um *cogito*, mas de uma comunidade de falantes histórica e geograficamente situada. Apontam também que a adequação pensamento-linguagem-mundo depende de certas condições (discursivas e extradiscursivas) externas ao *cogito*. Daí termos que lidar com o fato de a linguagem poder recortar aspectos da realidade *mostrando* a um grupo de falantes apenas certos estados de coisas e fatos do mundo. Essas coisas e fatos passíveis de serem mostrados formam um *campo referencial*. É analisando a linguagem como um sistema de signos usado socialmente por sujeitos historicamente situados (e não um *cogito*) que o estudo do *processo de referenciação* se aproxima da realidade.

Os desenvolvimentos na filosofia da linguagem na dimensão proposicional demonstram, portanto, que o conceito tradicional de verdade – a adequação da coisa ao pensamento por meio das palavras – deve ser qualificado. Ou seja, é preciso levar em conta os limites do *processo de referenciação* e do *campo referencial* dos falantes para que possamos entender como a verdade pode ou não aparecer nas sentenças.

Para complicar ainda mais o problema da referência e verdade, a dimensão dos *atos de fala* indica que a linguagem pode, de fato, *mudar e criar fatos e estados de coisas no mundo*. Esta dimensão mostra que referir é apenas uma das muitas *atividades* possíveis da linguagem. Com *atividade*, queremos enfatizar que a linguagem é uma prática concreta que interage com muitas outras práticas humanas e que pode mudar estados de coisas do mundo. Por exemplo, quando declaramos algo, um estado de coisas no mundo muda: uma declaração de guerra modifica a relação entre dois ou mais países e provoca uma série de mudanças nas práticas sociais dos seus habitantes.

Dentro da dimensão dos atos de fala, a linguagem pode ser usada para convencer e persuadir, tal como na abordagem retórica. Contudo, a análise do convencimento está ainda *aquém* do estudo das condições que permitem *mostrar* a realidade de certos modos e não de outros. A linguagem pode ir *além da retórica e*

mostrar o mundo de diversos modos distintos. É na dimensão discursiva que essa possibilidade se efetiva.

3. Entra o discurso

Não podemos partilhar do pessimismo do poeta, portanto, dado o que vimos na seção anterior: é possível, sim, referir; as palavras podem fazer a ponte entre os pensamentos e o mundo exterior, *mas sob certas condições*. A abordagem arqueológica de Foucault visa desvelar as condições especificamente *discursivas* que permitiram o pronunciamento de certos enunciados e não de outros em certa cultura, numa dada época e lugar. Consoante os desenvolvimentos na filosofia da linguagem do século XX, uma análise de discursos arqueológica não reconhece o *cogito* como produtor de conhecimento, nem a linguagem como simples meio para o *cogito* transmitir pensamentos. Foucault vai aceitar, seguindo os estruturalistas, que a linguagem funciona segundo regras e estrutura próprias; mas, contra os estruturalistas, vai inserir estas regras e estrutura na história. Ou seja, é a história que dá as condições *a priori* para que certas sentenças entrem no discurso, podendo, assim, serem passíveis de testes e procedimentos que verifiquem (ou falsifiquem) sua veracidade.

Além das condições extradiscursivas o estudo dos textos necessita de uma condição discursiva importante: a identificação de seus *enunciados*. Os enunciados formam um sistema de signos que, ao exercerem certas funções no discurso, vão nos mostrar quem pode falar (os sujeitos), sobre o quê (os objetos), segundo tais e tais regras que permitem a comunicação entre os falantes. São quatro suas funções:

A *primeira* é fornecer um princípio de diferenciação entre os entes da realidade⁷. Este princípio nos permitirá realizar abstrações, além de designar, articular e organizar sentenças, mostrando certos aspectos do mundo e criando objetos abstratos. Em outras palavras, o enunciado, com esta função, *objetiva* a realidade de certa maneira.

⁷ Para Foucault, a linguagem tem a função de diferenciar e ordenar os entes do mundo segundo princípios que são dados pela época, cultura e sociedade de que os homens participam. No entanto, Foucault considera que a relação entre as práticas extradiscursivas e discursivas de cada sociedade e época é muito complexa, de forma que ele não apresenta nenhum modelo de como ela ocorreria. Ver a Introdução de *As Palavras e As Coisas* (2000 [1966]).

A *segunda* função é apontar um lugar de fala para um sujeito que possa designar, articular e organizar essas frases e sentenças. Naturalmente, este sujeito não é um *cogito*: ele é antes uma posição que pode ser ocupada por indivíduos capacitados dentro de certo arcabouço institucional ou jurídico historicamente datado. Por exemplo, o anúncio do fim da hiperinflação alemã em 1923 só poderia ser realizado por indivíduos que ocupassem o cargo de ministro das finanças (ou equivalente) da Alemanha.

A *terceira* função do enunciado é se ligar a outros enunciados do texto, de modo a formar um sistema de signos. Quando este sistema é formado, aparecem para a comunidade de pesquisadores certos temas de pesquisa, problemas a serem resolvidos, e métodos e procedimentos possíveis para tentar resolvê-los.

Por fim, a *última* função do enunciado é obedecer a um sistema estável de regras de reprodução e uso pelos falantes. Somente seguindo estas regras o enunciado pode ser comunicado adequadamente em diversos contextos sociais e institucionais diferentes (por exemplo, na escola, em jornais, na academia etc.) e persistir através do tempo.

Portanto, realizar uma análise de discurso arqueológica envolve o trabalho de garimpar quais são os enunciados de um texto, verificar como eles formam um sistema de signos e entender como exercem suas funções enunciativas. Em *As Palavras e as Coisas* (2000 [1966]), Foucault utiliza seu método arqueológico para estudar as condições que permitiram o aparecimento do objeto de estudo das ciências humanas – o Homem – na Europa Ocidental no século XIX. Segundo a investigação arqueológica de Foucault, as ciências humanas possuem uma estrutura frágil e confusa, devido às peculiaridades deste objeto de estudo especial chamado Homem. Seria possível explicar a confusão e fragilidade no conceito do agente econômico elaborado por alguns economistas – entre eles Mill -- pelo fato de eles conceituarem os seres humanos na forma de Homem? Se sim, uma análise de discurso arqueológica poderá se mostrar útil em fornecer uma nova perspectiva para a compreensão do problema do agente na história do pensamento econômico. Entretanto, antes de responder esta pergunta, devemos especificar o que Foucault quer dizer quando fala em “Homem”.

3.1 O aparecimento da figura do Homem e seu papel na obra de Mill

Para Foucault, não foi sempre que o pensamento filosófico e científico tentou objetivar os seres humanos na forma de Homem: isto só veio a ocorrer no final do século XVIII. Para que a figura do Homem pudesse ser traduzida em um conceito, certas condições discursivas foram necessárias⁸.

Entre estas condições está a existência de saberes prévios ao século XIX que recortavam os seres humanos como objetos segundo certas regras e através de certos enunciados. Segundo Foucault, estes saberes eram a análise das riquezas, a história natural e a gramática geral. De acordo com o filósofo francês, o princípio que unia, organizava e possibilitava o aparecimento dos enunciados destes saberes era a *representação*⁹. Muito simplificada, a análise das riquezas estudava como a moeda poderia *representar as riquezas* de forma a permitir trocas comerciais que satisfizessem os desejos e necessidades humanos. A história natural investigava como as diferenças e semelhanças entre a anatomia e estrutura dos seres vivos poderiam *representar a continuidade* entre os seres da natureza através de uma classificação taxonômica. Por seu turno, a gramática geral estudava como as palavras usadas corretamente por um *cogito* poderiam *representar ideias claras e distintas* recebidas do mundo exterior pelos sentidos. Nesta rede de saber, os seres humanos eram recortados (ou objetivados) pelos enunciados da gramática geral como criaturas que podiam usar a fala para gerar conhecimento através da adequação das palavras aos pensamentos. Já os enunciados da análise das riquezas os apresentavam como seres dotados de desejos e necessidades que poderiam ser satisfeitos pelo consumo de produtos gerados pela natureza e trocados entre os povos por meio da moeda. Por fim, os enunciados da história natural os recortavam como seres vivos que possuíam semelhanças e diferenças com outros, não havendo descontinuidade entre a natureza humana e a natureza em geral. Ou seja, estes três saberes formavam um *campo referencial* para que fosse possível aos filósofos e cientistas da época fazerem certo tipo de referência aos seres humanos.

⁸ Como mostrou a análise estruturalista, é possível estudar a prática linguística separada de outras práticas extradiscursivas. Foucault, entretanto, está interessado em saber como elas interagem. A análise arqueológica trata das condições *intradiscursivas* que permitem que o discurso funcione. Já a análise genealógica (desenvolvida principalmente a partir dos anos 1970), mostra como certas instituições produzem e necessitam de certos discursos para funcionar, e vice-versa.

⁹ O termo técnico que Foucault usa para definir este conjunto de regras histórica e geograficamente localizadas é *episteme*.

Entretanto, toda esta ordem mudará na Europa Ocidental no fim do século XVIII: a representação perde o poder de unir, organizar e possibilitar certas objetivações sobre os seres humanos, sendo substituída pela *história*. É dentro desta mudança que a análise das riquezas abre espaço para a economia política, a história natural para a biologia e a gramática geral para a filologia.

Deve-se notar que estes novos saberes representam uma *descontinuidade* com seus precedentes. Assim, na economia política, novos enunciados mostrarão como a passagem *do tempo* aprofunda a divisão do trabalho e muda os sistemas de produção, de modo que as populações tentem superar a escassez dos meios de subsistência¹⁰. Na biologia, enunciados sobre a evolução dos seres vivos *no tempo* permitirão compreender qual é a função de seus órgãos e sistemas na manutenção e propagação da vida. Por fim, ao realizar uma história natural das línguas, os enunciados da filologia mostrarão que a linguagem evolui *no tempo* segundo regras próprias, não sendo simplesmente veículo transparente para os pensamentos de um *cogito*.

Como se percebe, é o *tempo* (e não mais a representação) que une, organiza e possibilita novos recortes (ou objetivações) que os enunciados realizam sobre o ser humano. Deste modo, o Homem pode surgir como objeto empírico para a economia política, filologia e biologia. Há, portanto, um novo *campo referencial* e um novo *processo de referenciação* aos seres humanos inaugurado em fins do século XVIII: a descontinuidade com a época anterior fica, assim, evidente.

No entanto, cabe ainda uma dúvida quanto à solidez destes saberes empíricos sobre os seres humanos. Sim, pois desde o século XVII, o embate entre empiristas e racionalistas havia gerado ceticismo quanto à possibilidade de conhecimento sério e rigoroso sobre o mundo que fosse além das sensações recebidas pelos sentidos humanos. Tentando resolver este problema, Kant, na *Crítica da Razão Pura* (1787) procurou mostrar quais eram as condições *transcendentais* que um sujeito deveria possuir para gerar conhecimento sério e rigoroso sobre os objetos empíricos, inclusive o Homem. Nesta *Crítica*, o conhecimento sólido acerca destes objetos

¹⁰ Isto é certamente verdadeiro para Smith, Malthus, Mill, Marshall, além da escola histórica inglesa (Leslie, Ingram) e a escola histórica alemã. Contudo, Foucault falha em perceber a analogia importante que as teorias econômicas puras de Jevons e Walras possuíam com a física do meio do século XIX, o que Mirowski (1989, cap. 5) remediou em seu *More Heat Than Light*. Foucault também não desenvolve com o cuidado devido as importantes analogias da economia com a biologia, algo presente desde o início da economia política. Ver Gallagher (2006: 3-5).

empíricos está assegurado pela clara separação entre o sujeito transcendental e os fenômenos empíricos: de um lado temos o sujeito de conhecimento e do outro os objetos do mundo, que podem ser apreendidos pelos sentidos e corretamente organizados pela razão humana¹¹.

Contudo, na *Antropologia de Um Ponto de Vista Pragmático* (1798), Kant coloca as condições *transcendentais* de conhecimento como presentes nos sujeitos *empíricos* estudados pela biologia, economia política e filologia. Como consequência, o saber empírico sólido sobre os seres humanos depende agora de um sujeito que *não mais* transcende o mundo empírico, mas *é também um objeto entre outros deste mundo*.¹²

É esta confusão entre os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico que subjaz à figura do Homem: ele é sujeito de conhecimento ao mesmo tempo em que é objeto empírico, que, por sua vez, é sujeito de conhecimento e assim por diante. Este é o círculo vicioso que proporciona uma estrutura frágil e confusa às ciências humanas, segundo Foucault. Em termos linguísticos, pode-se dizer que o *campo referencial* que permite novas objetivações sobre os seres humanos está bem delimitado pelas novas ciências empíricas (economia política, biologia e filologia). Contudo, o *processo de referenciação* não está: o sujeito capaz de fazer esta referenciação participa do próprio campo referencial, o que provoca o círculo vicioso descrito acima.

A pergunta que temos que responder é: estaria este conceito de Homem presente na obra de Mill, inclusive na sua obra econômica? Em outras palavras, seria possível mostrar que Mill fazia também parte desta nova rede de saberes unida, organizada e possibilitada pela história, dando origem ao conceito de Homem?

Nossa hipótese é que *sim*, é possível encontrar a figura do Homem dentro da obra de Mill, inclusive na sua economia política. Para mostrar isso, analisaremos três

¹¹ Usamos a palavra “transcendental” em dois sentidos aqui: em primeiro lugar, no sentido de ideal, isto é, não passível de apreensão pelos cinco sentidos. Em segundo lugar, transcendental também se refere às condições de possibilidade de conhecimento de um sujeito, no sentido de Kant. “Empírico”, por sua vez, refere-se aos fenômenos que podem ser apreendidos pelos cinco sentidos, sendo, deste modo, sinônimo de concreto ou objetivo.

¹² Esta interpretação que Foucault dá sobre aspectos específicos da obra de Kant pode ser achada em Han (2002: 22-37; 2005: 179-81). Sobre o papel de Kant na resolução do embate entre racionalistas e empiristas, ver Blunden (2006).

obras de Mill separadamente: o livro VI do *Sistema de Lógica* (SL), o *Utilitarianismo*, e também seus *Princípios de Economia Política* (PPE).

3.1.1. A figura do Homem no livro VI do *Sistema de Lógica* (SL)

Para fins deste artigo, a importância de estudar o livro VI do SL de Mill está em verificar como ele fornece uma metodologia para as ciências sociais, bem como defende certo conceito de “natureza humana”. Para chegar a este conceito, Mill observa que uma ciência da natureza humana deve lidar com os pensamentos, sentimentos (*feelings*) e ações dos seres humanos. Idealmente, esta ciência deveria ser capaz de prever como os seres humanos pensam, sentem e agem durante sua vida. Todavia, Mill admite, logo de início, que tal previsão é inexecutável. A inexecutabilidade reside no fato de que os pensamentos, sentimentos e ações humanas dependem do caráter do indivíduo (que possui várias causas) e das circunstâncias onde ele é colocado.¹³

No livro VI, Mill apresenta as condições para que o conhecimento ocorra, estando relacionadas, portanto, com o lado “sujeito de conhecimento” do Homem. O filósofo-economista sugere que a mente humana recebe impressões do mundo externo formando ideias. A partir de então, essas ideias são associadas segundo certas leis, de forma a poderem gerar conhecimento. A pergunta que se faz é: as leis da mente – que fornecem as condições para o conhecimento – estão separadas do mundo empírico ou não? Há claras evidências no livro VI de que *não estão*.

Uma dessas evidências diz respeito à determinação das “leis da mente”: Mill afirma que “Estas Leis da Mente elementares ou simples foram determinadas pelos métodos ordinários da investigação experimental”¹⁴. Mas em que consistem os “métodos ordinários de investigação experimental”? Mill apresenta os quatro possíveis métodos no livro III do SL, e explica que o objetivo da investigação empírica é a generalização e descoberta de regularidades causais resultantes de nossas interações *perceptuais* com o mundo ou conosco mesmos (por introspecção)¹⁵. Desta forma, as leis da mente que organizam as ideias impressas na

¹³ CW, VIII: 157. O método de citação das obras de J. S. Mill segue seus *Collected Works* (CW) editados por Robson, como indicado na bibliografia. A citação acima se refere à página 157 do volume VIII da edição referida.

¹⁴ CW, VIII: 161, *itálicos* e tradução do autor.

¹⁵ CW, VII: 278; ver também CW, VIII, p. 161.

mente *não são dadas por um sujeito transcendental*. Antes disso, elas resultam da interação de nossas percepções com o mundo, que gerarão “pensamentos, emoções, volições e sensações” em nossas mentes. Estes últimos serão as matérias-primas que nos permitirão descobrir introspectivamente as leis da mente. Mill observa, ainda, que as próprias leis da mente podem ter origem fisiológica¹⁶. Ou, traduzindo na terminologia arqueológica que adotamos: *o lado sujeito de conhecimento do Homem pode ter sua origem no lado objeto empírico (biológico) do Homem*.

A confusão entre os lados sujeito de conhecimento e objeto empírico do Homem no SL tende a dar ao pensamento de Mill o caráter “oscilante, que vagueia incansavelmente entre um e outro de dois polos opostos”, nas palavras de Paulani (2005: 68). No SL mais de uma vez Mill apresenta a natureza humana como maleável, chegando inclusive a mencionar os “vários tipos de natureza humana que se acham no mundo”¹⁷.

Quais são as consequências dessa mistura entre os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico para a “natureza humana” milliana? Pela descrição dada acima, pode-se dizer que, dependendo das circunstâncias sociais, culturais e históricas que nos rodeiam, certas impressões serão gravadas em nossas mentes e, conseqüentemente, apenas certas associações de ideias ocorrerão. Assim, a associação específica de ideias que alguém calha de possuir depende também do meio social do indivíduo. Se considerarmos que o caráter do indivíduo é formado não apenas pelas leis de associação das ideias, mas também pelas próprias impressões que são gravadas na mente, então a teoria de Mill não se esgota nas leis da mente. Esta é a razão de ele desenvolver a ciência puramente dedutiva da Etologia, que vai nos ensinar como se forma o caráter dos indivíduos. O objetivo da Etologia é estudar como, dadas as leis primárias da mente (que são empiricamente verificadas por introspecção), podem-se deduzir leis secundárias acerca do caráter, não só do indivíduo, mas também dos grupos humanos (caso em que teremos a Etologia Política). (CW, VIII: 72).

¹⁶ CW, VIII: 161.

¹⁷ CW, VIII: 175, 222. Ver também, por exemplo, a influência da educação para explicar as diferenças entre os “fatos mentais” dos indivíduos. Peart e Levy (2005) discorrem sobre a maleabilidade da natureza humana nos clássicos (entre os quais Mill) e nos “pós-clássicos”.

Deste modo, pode-se interpretar a posição de Mill quanto à natureza humana como resultado do contato das leis da mente com circunstâncias sociais, históricas e culturais específicas (CW, VIII: 167). Daí Mattos (2005: 33) afirmar que há dois tipos de natureza humana em Mill, uma “primal” e outra “concreta” (que chamamos, neste artigo, de “empírica”): “(...) podemos relacionar a natureza humana ‘primal’ de Mill com a ciência da psicologia, e a natureza humana concreta ‘histórica’ com considerações etológicas”. Paulani (2005: 51), por sua vez, associa a cada uma dessas naturezas humanas uma metodologia de pesquisa social distinta: se olharmos apenas as leis da mente isoladamente, a ciência social deverá ser “abstrata, dedutiva, baseada em premissas ou axiomas tomados como verdadeiros”. Se, porém, levarmos em conta as circunstâncias históricas, sociais e culturais concretas em que vivem os seres humanos, a ciência social deverá adotar um método histórico de pesquisa (ou *dedutivo inverso*, na terminologia de Mill).

É exatamente o contato das leis da mente (que possibilitam o conhecimento) com circunstâncias concretas de natureza social, cultural e histórica que vão gerar associações de ideias que podem formar correlações espúrias. Para Mill, por exemplo, a ideia de “feminilidade” estar associada à “submissão” deveria ser questionada, como Mattos (1997: 76-9; 2005: 33-6) mostra. A ideia complexa de “mulheres submissas” seria apenas consequência de uma determinada conjuntura social, cultural e histórica. O mesmo ocorre com a associação da ideia de “negritude” e “servidão”, no debate de Mill com Carlyle sobre a “Questão Negra” (1850): para Mill, não é natural que povos africanos sejam servis, mesmo que nós assim os percebamos. Sua servidão é produto de condições sociais, culturais e históricas específicas. Se tais condições mudarem, mudarão também nossas associações de ideias e percepção acerca dos povos africanos. Em outras palavras, condições históricas concretas podem modificar as associações de ideias que temos, de forma a nos *revelar o que estava oculto* para nosso suposto conhecimento. Mais uma vez, os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico do Homem se confundem.

Esta tentativa de revelação do que estava oculto no suposto conhecimento do Homem é consequência da mistura de seus dois lados, e vai, segundo Foucault, permear o pensamento europeu ocidental sobre os seres humanos a partir do século XIX: de um lado, as condições para o autoconhecimento do Homem vão depender

das circunstâncias concretas e objetivas em que ele está situado; de outro lado, as circunstâncias concretas e objetivas em que ele está situado vão limitar seu autoconhecimento.

Vimos, assim, que a ambiguidade no conceito de indivíduo no livro VI do SL de Mill pode ser coerentemente interpretada como consequência da figura do Homem. Em resumo, no livro VI do SL pudemos: 1. encontrar seres humanos que possuem dois lados – um lado sujeito de conhecimento (pelas leis da mente) e outro objeto empírico (situado historicamente numa sociedade e cultura); 2. verificar que esses lados se misturam, pois as leis de associação dos sujeitos de conhecimento tem origem empírica (possivelmente biológica e certamente social, cultural e histórica); 3. constatar que o conhecimento gerado deste modo tem natureza ambígua e frágil, pois determinações empíricas sempre podem limitá-lo, gerando associações espúrias de ideias.

Investigaremos agora o *Utilitarianismo* de Mill, que é o cerne de sua filosofia moral. A importância deste livro para o cumprimento do segundo objetivo deste artigo reside no delineamento que Mill faz sobre qual seria uma boa sociedade e do tipo de ser humano que a habitaria. Mais uma vez, tentaremos verificar se este ser humano pode ser interpretado como Homem.

3.1.2. A figura do Homem no *Utilitarianismo*

Utilitarianismo é um livro curto dividido em cinco capítulos. O primeiro fornece um panorama da obra, enquanto o segundo define o Utilitarianismo na versão de Mill. O terceiro capítulo trata da fonte última de prazeres e dores que impulsionam as ações humanas, enquanto o quarto famosamente oferece uma prova do princípio da utilidade: nele, Mill tenta mostrar que não apenas a felicidade (na forma de experiências prazerosas ou agradáveis) é desejável, mas também que a felicidade *geral* é desejável e que, de fato, a felicidade é a *única coisa* que vale a pena desejar. O último capítulo do livro foi escrito separadamente dos outros, e trata da conexão entre o princípio da utilidade e da justiça. O capítulo mais importante para nós é o segundo (“*What Utilitarianism Is*”).

Neste capítulo, Mill define o Utilitarianismo como a doutrina que tem por fundamento aceitar a correção das ações na medida em que elas tendam a promover

felicidade, e seu erro na medida em que tendam a produzir o contrário da felicidade. Em seguida, Mill define felicidade como prazer, e ausência de dor; e infelicidade como o oposto (CW, X: 266).

Seguindo os princípios delineados no SL, sabemos que “prazeres e dores” são impressões deixadas em nossa mente pelo mundo exterior. Ações que impressionam nossa mente com a sensação de prazer seriam aprovadas, o contrário ocorrendo com ações que produzissem sensação de dor. Mill, contudo, está bem consciente das críticas que tal visão de moralidade pode ter: o escritor, historiador e amigo de Mill, Thomas Carlyle, frequentemente se referia ao Utilitarianismo como “*pig philosophy*”, pois supunha que os prazeres dos seres humanos não seriam distintos dos prazeres de outros animais (que também experimentam sensações de prazer e dor). Para escapar dessas acusações, Mill defende uma versão de Utilitarianismo que permite a experiência de “prazeres de alta ordem” (*higher pleasures*). Estes prazeres estão acima dos “apetites animais” e podem ser aproveitados assim que o ser humano tomar *consciência* deles.

Cabem aí duas perguntas: qual é a linha que separa os prazeres de alta ordem dos prazeres de baixa ordem? E como podemos tomar consciência destes prazeres?

Quanto à primeira pergunta, Mill responde que “juízes competentes”, que conhecem bem os dois tipos de prazer, são capazes de fornecer evidências para diferenciarmos uns dos outros. Estes mesmos juízes garantem que um prazer de alta ordem não é trocável por um prazer de baixa ordem, não importando a intensidade deste último (CW, X: 263). Podemos exemplificar como prazeres de alta ordem a leitura de filosofia, apreciação de poesia e música erudita, além do aprendizado da ciência.

Contudo, mesmo que um juiz competente esteja a par dos dois prazeres, nada impede que ele escolha um prazer de baixa ordem – como beber cerveja com os amigos assistindo a um jogo de futebol em vez de estudar *A Fenomenologia do Espírito*. Isto pode ocorrer devido à “fraqueza do caráter” do indivíduo, principalmente do jovem; e a influências deletérias do meio social em que o indivíduo se encontra (CW, X: 264-5).

As respostas de Mill às perguntas acima ainda geram dúvidas. Como garantir, por exemplo, que circunstâncias desfavoráveis ou a invenção de novos costumes não

interfiram no julgamento dos “juízes competentes”? Como um indivíduo que nasce em um meio social desfavorável pode se livrar da escolha de prazeres de baixa ordem?

Ora, se os juízes são pessoas concretas, historicamente situadas, sabemos que o conhecimento sobre a correção ou erro das ações é frágil e ambíguo, como mostrado na seção anterior sobre o SL. Abrindo espaço para a fragilidade deste conhecimento, Mill admite que possa haver dissenso entre os juízes, de modo que o veredito final seja dado pela maioria deles (CW, X: 265).

Por outro lado, se os juízes *não são* pessoas concretas, historicamente situadas – isto é, se são sujeitos transcendentais -- eles talvez possam fornecer conhecimento sólido sobre o status dos prazeres de alta ordem *vis-à-vis* os prazeres de baixa ordem. Contudo, esta hipótese entra em contradição com o que Mill apresenta no SL, ou seja, a ideia de que o conhecimento tem origem empírica.

Deste modo, temos um conhecimento frágil sobre a retidão de nossas ações, se os juízes forem pessoas concretas (o que é coerente com a filosofia da ciência apresentada no SL). Alternativamente, não temos conhecimento *nenhum*, se os juízes forem sujeitos transcendentais (pois todo conhecimento começa na experiência).

E como um indivíduo jovem, que nasceu em meio social desfavorável, poderia escapar dos prazeres de baixa ordem? Primeiramente, devemos notar que, embora nossas ações sejam resultados de causas, isto não significa que somos *forçados* a agir de tal modo, nem que as ações ocorrerão independentemente de nossa vontade. Ou seja, Mill não é fatalista.¹⁸

Contudo, ainda há um problema para o jovem desabonado escapar das determinações do meio em que nasceu: harmonizar a ideia de que o mundo e as ações humanas são determinados por causas com a ideia de que não somos forçados a agir segundo essas causas. Dado que a capacidade de escolha individual é de suma importância para o bem-estar do indivíduo¹⁹, como podemos compatibilizar a causação determinista com a liberdade? Sim, pois o que se percebe é uma incompatibilidade intrínseca entre analisar o indivíduo como *empiricamente* determinado e, ao mesmo tempo, capaz de *transcender* essas determinações via liberdade de escolha. Como se vê, temos aí uma tensão entre os dois lados do

¹⁸ Ryan, 1990: 105 e ss.; Mattos, 1997: 89; CW, VIII: 221-4.

¹⁹ ver, por exemplo, o capítulo III de *On Liberty*: CW, XVIII: 265 e ss.

Homem: somente um sujeito transcendental, intocado pelo mundo empírico, poderia compreender as causas de sua ação e ter liberdade.²⁰ Mas como o sujeito de conhecimento milliano é originalmente empírico, a possibilidade de compatibilizar liberdade de escolha e causalidade fica comprometida.

Outra maneira para Mill tentar resolver o problema do jovem é apelar para a distinção entre os conceitos de vontade (*will*) e desejo (*desire*). Enquanto o último está relacionado à sensibilidade passiva, a primeira é ativa e pode gerar desejos novos²¹. Desta maneira, alguém nascido em meio social desfavorável e que pretende escolher apenas prazeres de alta ordem pode apelar para a força de vontade de modo a se inserir em circunstâncias que lhe permitam experimentar tais prazeres. Contudo, como Ryan mostra (1990: 127), esta ideia gera uma regressão infinita: para começar a desenvolver minha força de vontade eu preciso já me colocar sob certas circunstâncias; no entanto, para me colocar em qualquer circunstância, eu já devo ter força de vontade, e daí em diante. Como no parágrafo acima, somente um sujeito *transcendental* poderia ter liberdade para acionar a força de vontade de *fora* das circunstâncias sociais, culturais e históricas *empíricas*, de modo a permitir ao jovem escolher prazeres de alta ordem. Se o sujeito de conhecimento tem origem empírica, ele cairá na regressão infinita, sem liberdade para escolher. Ou seja, mais uma vez a tensão entre os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico do Homem aparece.

O modo de Mill lidar com essa tensão aponta para mais uma característica da figura do Homem: mostrar que o Homem realizará sua essência num futuro indeterminado. E aqui Mill afirma que os seres humanos mais felizes são aqueles que não encontram a felicidade diretamente, mas a descobrem em um “fim *ideal*”²² ou numa “nobreza *ideal* de vontade e conduta”²³. Ou seja, a sociedade mais feliz seria aquela em que a felicidade é atingida apenas indiretamente, por meio de atos nobres, tais como estar atento à felicidade alheia ou à melhora da humanidade. As tensões que identificamos acima somadas a esta felicidade adquirida apenas indiretamente são sinais de um “transcendentalismo do sujeito que vai contra a lógica indutiva” de Mill, nas palavras de S. J. Heans²⁴.

²⁰ É a ideia que Kant apresenta na *Crítica da Razão Prática*; ver Ferry (2009: 91-9).

²¹ Mattos, 1997: 81.

²² Como Mill coloca na sua Autobiografia: ver CW, I: 96.

²³ CW, VIII: 233, tradução e itálicos do autor.

²⁴ 1992: 97, tradução do autor.

Ou seja, esse transcendentalismo separa a ideia de felicidade das sensações externas de prazer que chegam aos nossos sentidos. Deste modo, idealmente, deveríamos sacrificar um prazer sensual (como ir à praia) em nome de um prazer futuro de alta ordem (por exemplo, ter estudado a filosofia de Mill). Deste modo, nossas ações *concretas* não deveriam ser guiadas pelos prazeres imediatos que chegam a nossos sentidos ao executá-las, mas sim pelo prazer futuro imaginado do *sujeito de conhecimento ideal* que serei.

Como consequência, a sociedade mais feliz possível de Mill *não é empírica*. Ela *não existe no presente*. Ela é a sociedade que existirá num futuro indeterminado quando os sujeitos *empíricos* forem transformados nos sujeitos *ideais* e nobres imaginados por Mill. Ou no jargão de Foucault: as ações das pessoas *empíricas* são balizadas pelo conhecimento que sujeitos *transcendentais*, *ideais*, possuem sobre os tipos de prazeres considerados de alta ordem. Os sujeitos ideais do futuro serão formados no longo prazo, enquanto a educação e o treinamento mudam a estrutura de personalidades da sociedade concreta. À medida que as personalidades mudam, as *pessoas empíricas* vão adquirindo *consciência* de que ler poesia é mais prazeroso do que jogar *pushpin*, desta forma mudando suas ações e a própria sociedade.

Mais uma vez ficam claras aqui as similaridades entre o pensamento de Mill e Marx. Em outras palavras, ainda que as diferenças entre Marx e Mill sejam imensas, suas visões acerca do processo de evolução da sociedade capitalista e da consciência dos indivíduos no tempo carregam semelhanças importantes do ponto de vista arqueológico. Tanto Marx como Mill creem que circunstâncias concretas limitam o autoconhecimento dos indivíduos (ou seja, que circunstâncias *empíricas* limitam as *condições de conhecer do sujeito*). Por outro lado, ambos aceitam que a expansão no autoconhecimento pode modificar essas circunstâncias concretas (ou seja, *condições de conhecer mais amplas do sujeito* podem modificar suas circunstâncias *empíricas*). Para um, este processo histórico se dá pela luta de classes; para outro, se dá pela educação e treinamento. Mas na obra de ambos a figura do Homem aparece, ainda que em formas distintas.

Em resumo, a figura do Homem aparece no *Utilitarianismo* de Mill quando:

1. há incompatibilidade entre a ideia de liberdade e a ideia de determinação causal;
2. sujeitos ideais balizam as ações de pessoas empíricas na história; e
3. tanto a ideia de

força de vontade quanto de liberdade de escolha necessitam de um sujeito transcendental para evitar incoerências na explicação da ação dos indivíduos concretos.

3.1.3 A figura do Homem e os *PPE*

Embora Mill defina a economia política como ciência dedutiva, *a priori* e inexata (pois trata apenas de tendências), não se pode afirmar que ele use exclusivamente o conceito de homem econômico nos seus *PPE*. Isto pode ser verificado pelo subtítulo da obra (“com algumas aplicações à filosofia social”); quanto por comentadores, como Bladen.²⁵ É através da aplicação prática da economia política, longe do homem econômico abstrato, que a figura do Homem aparece nos *PPE*.

Os *PPE* são divididos em cinco livros, nesta ordem: 1. produção; 2. distribuição; 3. trocas; 4. influência do progresso da sociedade sobre a produção e distribuição; e 5. influência do governo. Destes livros, o mais importante no que tange à figura do Homem é o quarto, o livro mais curto dos *PPE*. É importante observar que a figura do Homem também pode ser achada em outros livros dos *PPE*, mas o quarto é mais significativo no tocante à interpenetração dos lados sujeito de conhecimento/objeto empírico das atividades econômicas.

Os primeiros cinco capítulos do livro quarto analisam o que ocorre com valores, preços, lucros, salários e renda da terra enquanto a população e o sistema capitalista crescem e se desenvolvem. Esta análise é feita ao estilo de Ricardo: supondo 1. que todos ajam autointeressadamente; 2. que haja três classes na sociedade (capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras); 3. a lei da população e o princípio dos rendimentos decrescentes sejam válidos; então, no longo prazo, o crescimento econômico beneficiará apenas os donos de recursos. Os lucros tenderão a um mínimo e a taxa de salário tenderá ao nível de subsistência. Na visão de Ricardo, o estado estacionário consiste em “uma população superabundante de trabalhadores predominantemente autointeressados sobrevivendo com um salário de subsistência espartano”.²⁶

²⁵ CW, II: 18.

²⁶ Riley, 1998: 318, tradução do autor.

Contudo, esta *não é* a visão de Mill com relação ao desenvolvimento da economia capitalista. No capítulo 6 do livro quarto ele apresenta sua visão de “estado estacionário”. Seu ponto de vista difere substancialmente do de Ricardo e isto pode ser compreendido como efeito da figura do Homem. Coerente com sua apresentação no *SL* e no *Utilitarianismo*, Mill compreende que o homem econômico existe dentro de um contexto histórico específico, que era a Inglaterra vitoriana. Deste modo, o “homem econômico” pode representar apenas um estágio no desenvolvimento dos seres humanos rumo à sociedade ideal, onde o desejo de acumulação não é tão intenso. Nesta sociedade ideal, o tempo e dinheiro dos seres humanos serão gastos em atividades nobres e objetos com alto índice de utilidade de alta ordem. Vale a pena citar trechos dos PPE onde tal visão se explicita:

*Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado natural dos seres humanos é o da luta pelo sucesso [struggle to get on]; que a confusão, correria e a grosseria de uns com os outros [that the trampling, crushing, elbowing, and treading on each other's heels] que formam o tipo existente de vida social, são o destino mais desejável da raça humana. Elas não são nada a além de sintomas desagradáveis de **uma das fases do progresso industrial. Ela pode ser um estágio necessário no progresso da civilização**, e aquelas nações europeias que até aqui tiveram a sorte de serem preservadas desse estágio, terão ainda que passar por ele”*(CW, III: 227, negrito e tradução do autor).

Neste trecho Mill claramente se distingue de Ricardo, onde a busca frenética do homem econômico por riqueza é vista como apenas um estágio de desenvolvimento da humanidade. Ou seja, é possível *revelar* para o lado *sujeito de conhecimento* do Homem – como Mill faz no trecho acima -- que o contexto social, histórico e cultural *concretos* em que o Homem vive representa apenas um estágio de seu progresso.

De posse deste *conhecimento*, é possível que o indivíduo adote uma postura frugal e prudente de ação. Se a *consciência deste conhecimento* se espalhar pelos indivíduos da sociedade, o próprio contexto social, histórico e cultural *concretos* pode ser alterado: indivíduos *concretos* podem votar por uma legislação que premie não mais a busca desenfreada pela riqueza. Como consequência, a *realidade concreta* da sociedade pode ser modificada pela *consciência dos sujeitos* de que a busca da riqueza não conduz à maior felicidade possível. Ou seja, no estado

estacionário de Mill os trabalhadores não vivem com “salário de subsistência espartano”, mas são “bem pagos”; os trabalhos duros diminuem; a possibilidade de “cultivar as graças da vida” surgem; e as fortunas não são enormes:

(...) podemos supor que esta melhor distribuição de propriedade atingida, pelo efeito conjunto da prudência e frugalidade dos indivíduos, e de um sistema de legislação favorecendo a igualdade de condições [equality of fortunes], na medida em que é consistente com a justa reivindicação do indivíduo aos frutos, grandes ou pequenos, de seu próprio esforço [his or her own industry](...)Sob essa influência dupla, a sociedade exibiria estas condições principais: um corpo de trabalhadores bem pagos e afluentes; sem grandes fortunas, (...) mas um mais grande número de indivíduos que hoje, não apenas isentos dos trabalhos mais toscos, mas com tempo livre suficiente, tanto físico quanto mental, de detalhes mecânicos, livres para cultivar livremente as graças da vida e oferecer exemplos delas para as classes menos favorecidas, para seu crescimento [to cultivate freely the graces of life, and afford examples of them to the classes less favourably circumstanced for their growth]. Esta condição da sociedade, tão preferível à atual, não é apenas compatível com o estado estacionário, mas, assim parece, mais naturalmente aliada deste estado do que a qualquer outro. (CW, III: 228, tradução do autor)

Por fim, embora estado estacionário encontre um limite no tamanho da população e na acumulação de capital, a qualidade de vida dos seres humanos continuaria melhorando. Isto poderia ser conseguido, pois, à medida que os *sujeitos de conhecimento* percebem que a busca exclusiva pela melhora material não conduz à maior felicidade possível, a *realidade concreta* também vai se alterando. De posse desta *consciência*, os indivíduos *concretos* abandonam a busca exclusiva de riqueza, abrindo espaço para a “arte de viver”. Nesta sociedade ideal futura, bens que contêm utilidades de alta ordem substituiriam bens que possuem utilidades de baixa ordem, de forma a contemplar ainda o avanço moral e social da humanidade:

Há pouca necessidade de observar que um estado estacionário de população e capital não implica um estado estacionário de progresso humano [human improvement]. Haveria mais escopo que nunca para todos os tipos de cultivo das atividades intelectuais [mental culture], e progresso moral e social; mais espaço para melhorar a Arte de Viver, e probabilidade muito maior de ela ser melhorada, quando as mentes não forem mais ocupadas pela arte de lutar pelo sucesso na vida ou trabalho [art of getting on]. Mesmo os ofícios produtivos poderiam ser honesta e bem-sucedidamente cultivados, com a única diferença que, em vez de servir ao propósito de

aumentar a riqueza, o progresso industrial [industrial improvements] produziria seu efeito legítimo, ou seja, diminuir o tempo de trabalho [that of abridging labour] (CW, III: 229, tradução do autor)

O que os trechos acima apontam é um entrecruzamento entre os dois lados da figura do Homem: à medida que *sujeitos de conhecimento* adquirem consciência com a evolução do *tempo histórico*, as *pessoas situadas historicamente* mudam suas ações de forma a alterar a realidade social, cultural histórica *concretamente*.

E, de fato, Mill está ciente da importância da busca da verdade através da atividade intelectual dos *sujeitos de conhecimento*. É isso que leva ao progresso *concreto* da humanidade (CW, VIII: 214). Desta forma, Mill insiste no papel da educação no último capítulo do livro V dos PPE: ela poderá fornecer ao *sujeito de conhecimento* subsídios para que sua *ação como pessoa concreta* seja compatível com o atingimento da maior felicidade possível.

Em suma: Mill não estava simplesmente expondo a doutrina de Ricardo nos PPE. É verdade que ele aplica o tipo de dedução baseada em pressupostos simples que Ricardo frequentemente usava. Ele faz isso porque define explicitamente conceitos cruciais como trabalho, capital, valor, preços etc., de forma a poder ordená-los numa cadeia dedutiva. Contudo, depois disso Mill mergulha nos fatos históricos, mostrando como os resultados da cadeia dedutiva podem ser modificados de acordo com circunstâncias concretas específicas. É aí que Mill descreve os diferentes contextos sociais, culturais e históricos que incentivam ao trabalho (capítulo 8 do livro I) e diferentes modos possíveis de distribuição da riqueza, dependendo do tipo de organização produtiva do trabalho (capítulos 5, 6, 7 e 8 do livro II).

Nestes momentos a figura do Homem aparece, pois Mill mostra como diferentes contextos econômicos *concretos* alteram o *sujeito de conhecimento*. Dependendo do contexto *concreto*, o sujeito pode ser ou não ser capaz de reconhecer o caminho e ações que levam ao progresso econômico da humanidade. Mais uma vez, o contexto social, cultural e histórico *concreto* condiciona a *capacidade de conhecer do sujeito*. Por outro lado, a *capacidade de conhecer do sujeito* pode alterar seu contexto *concreto*.

Por fim, idealmente, a cadeia de progresso material pode ser resumida assim para Mill: 1. lentamente os seres humanos progridem de um estado selvagem onde o

desejo de riqueza que caracteriza o homem econômico não é tão forte; 2. passam por um estágio necessário da evolução material onde o desejo de riqueza é forte (e que corresponde à Inglaterra vitoriana da época de Mill); e finalmente 3. chegam a um estágio ideal futuro onde o desejo de riqueza se enfraqueceria mais uma vez, e as pessoas gastariam seus recursos e tempo em ações nobres e prazeres de alta ordem.

4. Considerações Finais

O artigo teve dois objetivos: mostrar como uma análise de discurso pode ser útil para entender a produção do saber econômico além da abordagem retórica; e 2. aplicar a análise de discurso do tipo arqueológico para entender as contradições no conceito de indivíduo de Mill.

Verificamos, em primeiro lugar, que a análise do discurso está em uma dimensão *além da retórica*, pois trata das condições que possibilitam o aparecimento de *campos referenciais e processos de referenciação* em certas épocas e lugares. Desta forma, a análise de discurso provê as condições para que a referência das palavras aos entes do mundo ocorra, de modo a gerar conhecimento verdadeiro – ou passível de verificação ou falsificação. Ou seja, não há razões para o ceticismo do poeta quanto à (in)capacidade da palavra de interagir com a vida mental e a vida concreta dos indivíduos: a linguagem é prática concreta entre muitas outras, participando ativamente do modo como objetivamos a realidade e como nos tornamos sujeitos.

Em segundo lugar, verificamos que Mill encontrava-se efetivamente na rede que une, organiza e possibilita objetivar os seres humanos como formas da figura do Homem, e que possui a história como fio condutor. Neste caso, o *campo referencial* recorta o Homem como objeto empírico da biologia, economia política e filologia e *também* como sujeito de conhecimento que dá as condições para a solidez destas ciências empíricas. Desta forma, o *processo de referenciação* destas ciências ao Homem é frágil e ambíguo, pois é o próprio Homem que condiciona este processo de referenciação. Daí a verdade descoberta pelas ciências humanas ser igualmente frágil e ambígua, segundo Foucault. Outra consequência é que as diferenças e polêmicas entre Mill e outros autores (como Marx) podem ser, em parte, explicadas pelo fato de

estarem na mesma rede organizadora do saber que vigorava na Europa Ocidental no século XIX.

Por fim, o artigo como um todo procurou demonstrar que a arqueologia vai além da retórica ao retomar a questão da verdade não apenas como correspondência de termos teóricos aos entes concretos do mundo. A arqueologia, de fato, busca identificar qual é a grade de inteligibilidade historicamente situada que permite realizar apenas algumas correspondências entre teoria e mundo, e apenas algumas objetivações dos entes concretos do mundo e não outras.

O método arqueológico apresentado aqui pode ajudar a compreender o motivo de haver controvérsias quanto à representação dos seres humanos no pensamento econômico – veja-se, por exemplo, as divergências quanto ao assunto entre Menger e Schmoller na “Batalha dos Métodos”, ou o “Problema de Adam Smith”. Enquanto analisado na forma de “homem”, estas controvérsias, para Foucault, seriam insolúveis. Isto não significa, contudo, que não haja objetividade nas ciências que estudam o homem; esta objetividade, contudo, talvez fosse mais bem compreendida como um processo permanente de objetivação e subjetivação dos seres humanos. Neste processo, o arqueólogo do saber investiga as grades de inteligibilidade históricas que nos permitem conhecer os seres humanos, enquanto o genealogista identifica as estruturas de poder que condicionam e potencializam as ações humanas.

5. Referências

- ARAÚJO, Inês L. (2004) *Do Signo ao Discurso: Introdução à Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Parábola Editorial.
- ARIDA, Pérsio. (2003) *História do Pensamento Econômico Como Teoria e Retórica*, in Gala, Paulo; e Rego, José. M., *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*, São Paulo, Ed. 34.
- BALDWIN, Thomas. (2008) *Philosophy of Language in the Twentieth Century*, in Lepore, Ernest.; Smith, Barry. C. (Eds.), *The Oxford Companion to the Philosophy of Language*, Oxford, Oxford University Press.
- BLADEN, Vincent. W. (1965) *Introduction*, in Robson, John. M. (Eds), *The Collected Works of John Stuart Mill, Volume II- The Principles of Political Economy with Some of Their Applications to Social Philosophy (Books I-II)*, Toronto, University of Toronto Press, London, Routledge and Kegan Paul.

- BLUNDEN, Alan. (2006) *Kant: The Sovereign Individual Subject*. Fonte: <http://www.werple.net.au/~andy/works/kant.htm>. Acedido em 29/05/2007.
- DASTON, Lorraine. (Ed.) (2000) *Biographies of Scientific Objects*, Chicago, Chicago University Press.
- FERRY, Luc. (2009) *Kant: Uma Leitura das Três Críticas*, Rio de Janeiro, Difel.
- FOUCAULT, Michel. (2000) *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Martins Fontes.
- GALA, Paulo; e REGO, José M. (2003) *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*, São Paulo, Ed. 34
- GALLAGHER, Catherine. (2006) *The Body Economic: Life, Death and Sensation in Political Economy and the Victorian Novel*, Princeton, Princeton University Press, 2006.
- HAN, Béatrice. (2002) *Foucault's Critical Project: Between the Transcendental and the Historical*, Stanford, Stanford University Press.
- _____. (2005) *Is Early Foucault a Historian? – History, history and the Analytic of Finitude, Philosophy and Social Criticism*, 31,5-6, London, Sage publications.
- HEANS, S. J. (1992) Was Mill a Moral Scientist?, *Philosophy*, 67, 81-101.
- KANT, Immanuel. (2006 [1798]) *Antropologia de Um Ponto de Vista Pragmático*, São Paulo, Iluminuras.
- _____. (1999 [1787]) *Crítica da Razão Pura*. Coleção Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural.
- MÄKI, Uskali. (Ed). (2003) *Fact and Fiction in Economics: Models, Realism and Social Construction*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATTOS, Laura. V. (1997) A natureza humana e o homem econômico milliano, *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 27, 1, 69-96.
- _____. (2005) Mill's Transformational View of Human Nature, *History of Economic Ideas*, XIII, 3, 32-55.
- McCLOSKEY, Donald. N. (1983) The Rhetoric of Economics, *Journal of Economic Literature*, 21, 481-517.
- MIROWSKI, Philip. (1989) *More Heat than Light: Economics as Social Physics, Physics as Nature's Economics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PAULANI, Leda. (2005) *Modernidade e Discurso Econômico*, São Paulo, Boitempo.
- PEART, Sandra.; LEVY, David. M. (2005) *The Vanity of the Philosopher: From Equality to Hierarchy in Post-Classical Economics*, Michigan, University of Michigan Press.
- REID, Jeffrey. (2007) *Real Words: Language and System in Hegel*, Toronto, University of Toronto Press.

ROBSON, John. M. (Eds.) (1985) *The Collected Works of John Stuart Mill in 33 Vols*, Indiana, The Liberty Fund.

RYAN, Alan. (1990) *The Philosophy of John Stuart Mill*, Second Edition, London, McMillan.

ECONOMIA E ANÁLISE DE DISCURSO: PARA ALÉM DA RETÓRICA

Resumo: O artigo tem como objetivos: 1. mostrar como a análise arqueológica de Foucault pode ser útil para entender a produção do saber econômico além da abordagem retórica; e 2. aplicar esta análise para entender as contradições no conceito de indivíduo de J. S. Mill. A metodologia usada para cumprir estes objetivos consiste na apresentação da especificidade do método arqueológico de estudar as ciências humanas (tal como apresentado em *As Palavras e as Coisas* (1966)) e na sua aplicação para o caso do conceito de indivíduo em J. S. Mill. Conclui-se que J. S. Mill conceitua os indivíduos na sua obra como formas do que Foucault denominou a “figura do Homem”.

Palavras-Chave: Foucault, J. S. Mill, arqueologia, figura do Homem.

Abstract: The article has two objectives: 1. To show how a foucauldian archaeological analysis can be useful to understand the production of economic knowledge beyond the rhetorical approach; 2. To apply this analysis to understand the contradictions in the concept of individual by J. S. Mill. The methodology used to carry out these objectives consists in the presentation of the archaeological method for the human sciences (as presented in the *Order of Things* (1966)) and in its application to the concept of individual by J. S. Mill. It is concluded that J. S. Mill conceptualizes individuals in his works as forms of what Foucault called “the figure of Man”.

Keywords: Foucault, J. S. Mill, archaeology of knowledge, figure of Man.

Área 1: História do Pensamento Econômico

Subárea: História do Pensamento Econômico

Classificação JEL: B21, B41

ECONOMIA E ANÁLISE DE DISCURSO: PARA ALÉM DA RETÓRICA

1.Introdução

*“Assim como falham as palavras quando querem exprimir
qualquer pensamento,
Assim falham os pensamentos quando querem exprimir
qualquer realidade.
Mas, como a realidade pensada não é a dita mas a pensada.
Assim a mesma dita realidade existe, não o ser pensada.
Assim tudo o que existe, simplesmente existe.
O resto é uma espécie de sono que temos, infância da doença.
Uma velhice que nos acompanha desde a infância da
doença.”*
Alberto Caeiro, “Assim Como...”

Escrito no início do século XX, o poema “Assim Como...”, de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa, talvez tenha inadvertidamente antevisto muito dos problemas com que a filosofia da linguagem veio a se deparar no decorrer do século XX. Como se vê, o poema trata da impossibilidade de relacionar a realidade do pensamento à realidade das palavras, e esta última à realidade exterior. À tentativa ilusória de ligar estas três realidades incomunicáveis o poeta associa o início de uma velha – e talvez incurável? -- doença.

É exatamente no contexto da dúvida quanto à possibilidade de ligar as realidades do pensamento, das palavras e do mundo que a abordagem retórica na economia ganhou força¹. Assim como no poema de Caeiro, os adeptos da abordagem retórica questionam qualquer relação simples entre a realidade econômica, as teorias econômicas e a referência que uma pode fazer à outra. Mais precisamente, ao enfatizar que os textos acadêmicos em economia não espelham imediatamente a realidade econômica externa, a teoria passou a ter a função precípua de convencer determinado público acerca de determinado ponto de vista. Este convencimento não é feito de forma aleatória, mas seguiria certas regras de boa conversação, como sugere Arida (2003: 36-40). Deste modo, fazer economia retoricamente envolveria estar a par das diversas conversações dos economistas e das regras que elas seguem, de forma a ser capaz de argumentar convincentemente – contra ou a favor – acerca

¹ Primeiramente com artigos de Henderson em 1982 sobre o papel das metáforas na economia, mas principalmente através do artigo de McCloskey publicado no *Journal of Economic Literature*, em 1983. No Brasil, o artigo de Arida, do mesmo ano, já é um clássico na área.

de determinados pontos das discussões. Dentro deste arcabouço, questões sobre a verdade das sentenças ou sobre a referência às práticas econômicas extradiscursivas ficam em segundo plano.

Este artigo pressupõe que questões sobre verdade e referência com relação às práticas econômicas extradiscursivas não devem ficar em segundo plano quando se trata da análise de textos econômicos. Desta forma, uma abordagem retórica consequente deve tratar destas questões, mostrando qual é seu papel dentro do estudo da economia. Assim, vai se propor um tipo de investigação dos textos econômicos que envolve não apenas o convencimento e a interação com uma dada audiência, mas vai *além* dessas dimensões retóricas: envolve também os *modos de mostrar* os objetos ao qual o discurso se refere. Dentro da perspectiva aqui exposta, é exatamente a questão dos modos de mostrar que não é adequadamente tratada na abordagem retórica na economia derivada de McCloskey.

O problema da verdade e referência dentro da retórica da economia, deixe-se logo claro, não é de tratamento simples e já foi discutido tanto no exterior quanto no Brasil². Contudo, até o presente momento, a literatura específica na história do pensamento econômico não se aventurou pelo conjunto de técnicas de leitura desenvolvidas tanto nos EUA quanto na França e Inglaterra conhecidas como *análise de discurso*. A novidade deste artigo está em contribuir para uma análise dos textos econômicos que *vá além da retórica*, complementando-a, de forma que os temas da verdade e da referência sejam aí incluídos. Embora a tarefa de incluir estes temas esteja longe de ser simples, as análises de discurso contemporâneas levam seriamente em conta as críticas às teorias tradicionais da referência na linguística (basicamente a teoria da correspondência) e ao problema da verdade.

Um segundo objetivo do trabalho é mostrar a eficácia da análise proposta para a história do pensamento econômico através de um exemplo. Deste modo, tomar-se-á um problema bem conhecido na história do pensamento econômico – as contradições e tensões no tratamento que J. S. Mill (daqui em diante, Mill) faz do indivíduo --para verificar como a análise do discurso pode ser útil em iluminá-lo³.

² No exterior, podemos citar a coletânea de artigos editada por Maki (2003). No Brasil, temos a coletânea organizada por Gala e Rego (2003). Evidentemente, as próprias definições de “verdade”, “referência” e “retórica” são objeto de disputa. O panorama traçado na seção 2 deixará claro como se entendem estes termos neste artigo.

³ Seguimos aqui a posição de Mattos (1997; 2005) e Paulani (2005).

Neste caso específico, será realizada uma análise do tipo arqueológico, introduzida pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault na década de 1960.

2. Discurso, Verdade, Referência

Doença incurável ou não, os filósofos da linguagem contrapuseram ao pessimismo do poeta o esforço de análise da linguagem, tanto no seu contato com o pensamento quanto com a realidade exterior. Esta análise permitiu caracterizar a linguagem em dimensões distintas, caso se privilegie um ou outro aspecto e/ou problemática da linguagem (por exemplo, sua estrutura própria independente da realidade externa ou a natureza de sua ligação com o mundo exterior, de modo a poder referir). Vamos fazer uma breve introdução a estas dimensões, para verificar onde o discurso se situa⁴.

A primeira dimensão da linguagem é a dos *signos*. O estudo da estrutura dos signos, desenvolvido primeiramente por Saussure, foi o marco zero da linguística, e revelou que a linguagem possui uma organização própria que prescinde do mundo exterior para funcionar. A famosa frase de Chomsky, “ideias verdes dormem furiosamente sobre a grama” é exemplo disso: ela é sintaticamente correta, mas não encontra correspondência alguma com o mundo. Para Saussure, a sintática trata das regras que coordenam esta estrutura a-histórica da língua, e não da relação da linguagem com o mundo, que seria objeto da filosofia. Deste modo, uma abordagem de textos econômicos que privilegiasse sua coerência e estrutura internas não nos ajudaria a resolver o problema espinhoso da referência e da verdade.

Passemos, então, à dimensão das *proposições*, que almejam ter significado e dizer a verdade ou falsidade sobre estados de coisas e fatos do mundo exterior. Ela não é redutível à primeira dimensão, já que claramente visa estudar a ligação da linguagem com o mundo. Em princípio, estudar a economia desta perspectiva pode nos ser útil, pois trata especificamente do problema da verdade e referência.

Desde os lógicos de Port Royal, no século XVII, até Bertrand Russell e os positivistas lógicos, no início do século XX, pode-se dizer, *grosso modo*, que há dois

⁴ Devo esta caracterização multidimensional da linguagem ao trabalho de Araújo (2004). As referências quanto à história da filosofia da linguagem no século XX vêm de Araújo (2004) e Baldwin (2008).

pressupostos fundamentais sobre como as sentenças de uma linguagem se relacionam com os estados de coisas do mundo. O primeiro é que, se uma linguagem é sintática e semanticamente não ambígua, as sentenças representam os fatos e os estados de coisas do mundo por meio de uma relação de *correspondência* (a chamada *teoria da correspondência da verdade*). O segundo pressuposto é que as proposições podem ser verdadeiras ou falsas, dependendo da correspondência (ou não) entre os fatos e/ou estados de mundo que a sentença pretende descrever⁵. Dentro desta perspectiva, a linguagem pode ser vista como um “meio de troca” que intercambia pensamentos com fatos/estados de coisas no mundo. Na adequação das palavras aos pensamentos e aos estados do mundo o conhecimento verdadeiro é gerado. O sujeito capaz de gerar essa adequação por meio das palavras também não é um sujeito historicamente situado, mas antes um *cogito cartesiano*. Muito resumidamente, o *cogito* pode ser compreendido como a parte pensante do sujeito, dotado de ideias claras e distintas. Esta parte pensante não faz parte do corpo físico do sujeito. No entanto, estas idéias podem ser expressas por palavras corretamente combinadas numa sintaxe. Deste modo, as idéias claras e distintas do *cogito* podem fazer referência aos entes concretos do mundo através das palavras.

Todo este arcabouço conceitual foi posto em cheque durante o século XX: por um lado, Frege mostrou que podemos falar com sentido sobre algo sem referência no mundo – por exemplo, “o maior número inteiro”, ou “cavalo alado”. O problema das “frases protocolo” entre os positivistas lógicos também mostrou ser questionável a ideia de haver uma correspondência imediata entre dados atômicos dos sentidos e palavras usadas pelo cientista/observador. Por fim, Quine mostrou que os termos da linguagem não se relacionam um a um, biunivocamente, com os entes na realidade: na verdade, eles formam um sistema cujos termos *podem referir* a aspectos da realidade, sob certas condições. Para que a referência se efetive, deve haver um contexto discursivo e extradiscursivo⁶ que instrua o falante no processo de referir a palavra x ao ente y no mundo. Assim, a atividade de referência da

⁵ Este não é a única tradição no pensamento europeu no tratamento da linguagem. A tradição hegeliana, por exemplo, não considera que o discurso faz a ponte entre o pensamento e o mundo, mas que o discurso científico é “em si, objetividade verdadeira” (Reid, J., 2007: 3).

⁶ Ou seja, a existência de uma rede de instituições sociais, econômicas e políticas que permitam e necessitem da produção de textos no seu funcionamento.

linguagem pode ser bem ou mal sucedida dependendo do contexto onde a sentença é proferida.

Ora, todos os exemplos acima apontam para a linguagem *não* como produto de um *cogito*, mas de uma comunidade de falantes histórica e geograficamente situada. Apontam também que a adequação pensamento-linguagem-mundo depende de certas condições (discursivas e extradiscursivas) externas ao *cogito*. Daí termos que lidar com o fato de a linguagem poder recortar aspectos da realidade *mostrando* a um grupo de falantes apenas certos estados de coisas e fatos do mundo. Essas coisas e fatos passíveis de serem mostrados formam um *campo referencial*. É analisando a linguagem como um sistema de signos usado socialmente por sujeitos historicamente situados (e não um *cogito*) que o estudo do *processo de referenciação* se aproxima da realidade.

Os desenvolvimentos na filosofia da linguagem na dimensão proposicional demonstram, portanto, que o conceito tradicional de verdade – a adequação da coisa ao pensamento por meio das palavras – deve ser qualificado. Ou seja, é preciso levar em conta os limites do *processo de referenciação* e do *campo referencial* dos falantes para que possamos entender como a verdade pode ou não aparecer nas sentenças.

Para complicar ainda mais o problema da referência e verdade, a dimensão dos *atos de fala* indica que a linguagem pode, de fato, *mudar e criar fatos e estados de coisas no mundo*. Esta dimensão mostra que referir é apenas uma das muitas *atividades* possíveis da linguagem. Com *atividade*, queremos enfatizar que a linguagem é uma prática concreta que interage com muitas outras práticas humanas e que pode mudar estados de coisas do mundo. Por exemplo, quando declaramos algo, um estado de coisas no mundo muda: uma declaração de guerra modifica a relação entre dois ou mais países e provoca uma série de mudanças nas práticas sociais dos seus habitantes.

Dentro da dimensão dos atos de fala, a linguagem pode ser usada para convencer e persuadir, tal como na abordagem retórica. Contudo, a análise do convencimento está ainda *aquém* do estudo das condições que permitem *mostrar* a realidade de certos modos e não de outros. A linguagem pode ir *além da retórica e*

mostrar o mundo de diversos modos distintos. É na dimensão discursiva que essa possibilidade se efetiva.

3. Entra o discurso

Não podemos partilhar do pessimismo do poeta, portanto, dado o que vimos na seção anterior: é possível, sim, referir; as palavras podem fazer a ponte entre os pensamentos e o mundo exterior, *mas sob certas condições*. A abordagem arqueológica de Foucault visa desvelar as condições especificamente *discursivas* que permitiram o pronunciamento de certos enunciados e não de outros em certa cultura, numa dada época e lugar. Consoante os desenvolvimentos na filosofia da linguagem do século XX, uma análise de discursos arqueológica não reconhece o *cogito* como produtor de conhecimento, nem a linguagem como simples meio para o *cogito* transmitir pensamentos. Foucault vai aceitar, seguindo os estruturalistas, que a linguagem funciona segundo regras e estrutura próprias; mas, contra os estruturalistas, vai inserir estas regras e estrutura na história. Ou seja, é a história que dá as condições *a priori* para que certas sentenças entrem no discurso, podendo, assim, serem passíveis de testes e procedimentos que verifiquem (ou falsifiquem) sua veracidade.

Além das condições extradiscursivas o estudo dos textos necessita de uma condição discursiva importante: a identificação de seus *enunciados*. Os enunciados formam um sistema de signos que, ao exercerem certas funções no discurso, vão nos mostrar quem pode falar (os sujeitos), sobre o quê (os objetos), segundo tais e tais regras que permitem a comunicação entre os falantes. São quatro suas funções:

A *primeira* é fornecer um princípio de diferenciação entre os entes da realidade⁷. Este princípio nos permitirá realizar abstrações, além de designar, articular e organizar sentenças, mostrando certos aspectos do mundo e criando objetos abstratos. Em outras palavras, o enunciado, com esta função, *objetiva* a realidade de certa maneira.

⁷ Para Foucault, a linguagem tem a função de diferenciar e ordenar os entes do mundo segundo princípios que são dados pela época, cultura e sociedade de que os homens participam. No entanto, Foucault considera que a relação entre as práticas extradiscursivas e discursivas de cada sociedade e época é muito complexa, de forma que ele não apresenta nenhum modelo de como ela ocorreria. Ver a Introdução de *As Palavras e As Coisas* (2000 [1966]).

A *segunda* função é apontar um lugar de fala para um sujeito que possa designar, articular e organizar essas frases e sentenças. Naturalmente, este sujeito não é um *cogito*: ele é antes uma posição que pode ser ocupada por indivíduos capacitados dentro de certo arcabouço institucional ou jurídico historicamente datado. Por exemplo, o anúncio do fim da hiperinflação alemã em 1923 só poderia ser realizado por indivíduos que ocupassem o cargo de ministro das finanças (ou equivalente) da Alemanha.

A *terceira* função do enunciado é se ligar a outros enunciados do texto, de modo a formar um sistema de signos. Quando este sistema é formado, aparecem para a comunidade de pesquisadores certos temas de pesquisa, problemas a serem resolvidos, e métodos e procedimentos possíveis para tentar resolvê-los.

Por fim, a *última* função do enunciado é obedecer a um sistema estável de regras de reprodução e uso pelos falantes. Somente seguindo estas regras o enunciado pode ser comunicado adequadamente em diversos contextos sociais e institucionais diferentes (por exemplo, na escola, em jornais, na academia etc.) e persistir através do tempo.

Portanto, realizar uma análise de discurso arqueológica envolve o trabalho de garimpar quais são os enunciados de um texto, verificar como eles formam um sistema de signos e entender como exercem suas funções enunciativas. Em *As Palavras e as Coisas* (2000 [1966]), Foucault utiliza seu método arqueológico para estudar as condições que permitiram o aparecimento do objeto de estudo das ciências humanas – o Homem – na Europa Ocidental no século XIX. Segundo a investigação arqueológica de Foucault, as ciências humanas possuem uma estrutura frágil e confusa, devido às peculiaridades deste objeto de estudo especial chamado Homem. Seria possível explicar a confusão e fragilidade no conceito do agente econômico elaborado por alguns economistas – entre eles Mill -- pelo fato de eles conceituarem os seres humanos na forma de Homem? Se sim, uma análise de discurso arqueológica poderá se mostrar útil em fornecer uma nova perspectiva para a compreensão do problema do agente na história do pensamento econômico. Entretanto, antes de responder esta pergunta, devemos especificar o que Foucault quer dizer quando fala em “Homem”.

3.1 O aparecimento da figura do Homem e seu papel na obra de Mill

Para Foucault, não foi sempre que o pensamento filosófico e científico tentou objetivar os seres humanos na forma de Homem: isto só veio a ocorrer no final do século XVIII. Para que a figura do Homem pudesse ser traduzida em um conceito, certas condições discursivas foram necessárias⁸.

Entre estas condições está a existência de saberes prévios ao século XIX que recortavam os seres humanos como objetos segundo certas regras e através de certos enunciados. Segundo Foucault, estes saberes eram a análise das riquezas, a história natural e a gramática geral. De acordo com o filósofo francês, o princípio que unia, organizava e possibilitava o aparecimento dos enunciados destes saberes era a *representação*⁹. Muito simplificada, a análise das riquezas estudava como a moeda poderia *representar as riquezas* de forma a permitir trocas comerciais que satisfizessem os desejos e necessidades humanos. A história natural investigava como as diferenças e semelhanças entre a anatomia e estrutura dos seres vivos poderiam *representar a continuidade* entre os seres da natureza através de uma classificação taxonômica. Por seu turno, a gramática geral estudava como as palavras usadas corretamente por um *cogito* poderiam *representar ideias claras e distintas* recebidas do mundo exterior pelos sentidos. Nesta rede de saber, os seres humanos eram recortados (ou objetivados) pelos enunciados da gramática geral como criaturas que podiam usar a fala para gerar conhecimento através da adequação das palavras aos pensamentos. Já os enunciados da análise das riquezas os apresentavam como seres dotados de desejos e necessidades que poderiam ser satisfeitos pelo consumo de produtos gerados pela natureza e trocados entre os povos por meio da moeda. Por fim, os enunciados da história natural os recortavam como seres vivos que possuíam semelhanças e diferenças com outros, não havendo descontinuidade entre a natureza humana e a natureza em geral. Ou seja, estes três saberes formavam um *campo referencial* para que fosse possível aos filósofos e cientistas da época fazerem certo tipo de referência aos seres humanos.

⁸ Como mostrou a análise estruturalista, é possível estudar a prática linguística separada de outras práticas extradiscursivas. Foucault, entretanto, está interessado em saber como elas interagem. A análise arqueológica trata das condições *intradiscursivas* que permitem que o discurso funcione. Já a análise genealógica (desenvolvida principalmente a partir dos anos 1970), mostra como certas instituições produzem e necessitam de certos discursos para funcionar, e vice-versa.

⁹ O termo técnico que Foucault usa para definir este conjunto de regras histórica e geograficamente localizadas é *episteme*.

Entretanto, toda esta ordem mudará na Europa Ocidental no fim do século XVIII: a representação perde o poder de unir, organizar e possibilitar certas objetivações sobre os seres humanos, sendo substituída pela *história*. É dentro desta mudança que a análise das riquezas abre espaço para a economia política, a história natural para a biologia e a gramática geral para a filologia.

Deve-se notar que estes novos saberes representam uma *descontinuidade* com seus precedentes. Assim, na economia política, novos enunciados mostrarão como a passagem *do tempo* aprofunda a divisão do trabalho e muda os sistemas de produção, de modo que as populações tentem superar a escassez dos meios de subsistência¹⁰. Na biologia, enunciados sobre a evolução dos seres vivos *no tempo* permitirão compreender qual é a função de seus órgãos e sistemas na manutenção e propagação da vida. Por fim, ao realizar uma história natural das línguas, os enunciados da filologia mostrarão que a linguagem evolui *no tempo* segundo regras próprias, não sendo simplesmente veículo transparente para os pensamentos de um *cogito*.

Como se percebe, é o *tempo* (e não mais a representação) que une, organiza e possibilita novos recortes (ou objetivações) que os enunciados realizam sobre o ser humano. Deste modo, o Homem pode surgir como objeto empírico para a economia política, filologia e biologia. Há, portanto, um novo *campo referencial* e um novo *processo de referenciação* aos seres humanos inaugurado em fins do século XVIII: a descontinuidade com a época anterior fica, assim, evidente.

No entanto, cabe ainda uma dúvida quanto à solidez destes saberes empíricos sobre os seres humanos. Sim, pois desde o século XVII, o embate entre empiristas e racionalistas havia gerado ceticismo quanto à possibilidade de conhecimento sério e rigoroso sobre o mundo que fosse além das sensações recebidas pelos sentidos humanos. Tentando resolver este problema, Kant, na *Crítica da Razão Pura* (1787) procurou mostrar quais eram as condições *transcendentais* que um sujeito deveria possuir para gerar conhecimento sério e rigoroso sobre os objetos empíricos, inclusive o Homem. Nesta *Crítica*, o conhecimento sólido acerca destes objetos

¹⁰ Isto é certamente verdadeiro para Smith, Malthus, Mill, Marshall, além da escola histórica inglesa (Leslie, Ingram) e a escola histórica alemã. Contudo, Foucault falha em perceber a analogia importante que as teorias econômicas puras de Jevons e Walras possuíam com a física do meio do século XIX, o que Mirowski (1989, cap. 5) remediou em seu *More Heat Than Light*. Foucault também não desenvolve com o cuidado devido as importantes analogias da economia com a biologia, algo presente desde o início da economia política. Ver Gallagher (2006: 3-5).

empíricos está assegurado pela clara separação entre o sujeito transcendental e os fenômenos empíricos: de um lado temos o sujeito de conhecimento e do outro os objetos do mundo, que podem ser apreendidos pelos sentidos e corretamente organizados pela razão humana¹¹.

Contudo, na *Antropologia de Um Ponto de Vista Pragmático* (1798), Kant coloca as condições *transcendentais* de conhecimento como presentes nos sujeitos *empíricos* estudados pela biologia, economia política e filologia. Como consequência, o saber empírico sólido sobre os seres humanos depende agora de um sujeito que *não mais* transcende o mundo empírico, mas *é também um objeto entre outros deste mundo*.¹²

É esta confusão entre os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico que subjaz à figura do Homem: ele é sujeito de conhecimento ao mesmo tempo em que é objeto empírico, que, por sua vez, é sujeito de conhecimento e assim por diante. Este é o círculo vicioso que proporciona uma estrutura frágil e confusa às ciências humanas, segundo Foucault. Em termos linguísticos, pode-se dizer que o *campo referencial* que permite novas objetivações sobre os seres humanos está bem delimitado pelas novas ciências empíricas (economia política, biologia e filologia). Contudo, o *processo de referenciação* não está: o sujeito capaz de fazer esta referenciação participa do próprio campo referencial, o que provoca o círculo vicioso descrito acima.

A pergunta que temos que responder é: estaria este conceito de Homem presente na obra de Mill, inclusive na sua obra econômica? Em outras palavras, seria possível mostrar que Mill fazia também parte desta nova rede de saberes unida, organizada e possibilitada pela história, dando origem ao conceito de Homem?

Nossa hipótese é que *sim*, é possível encontrar a figura do Homem dentro da obra de Mill, inclusive na sua economia política. Para mostrar isso, analisaremos três

¹¹ Usamos a palavra “transcendental” em dois sentidos aqui: em primeiro lugar, no sentido de ideal, isto é, não passível de apreensão pelos cinco sentidos. Em segundo lugar, transcendental também se refere às condições de possibilidade de conhecimento de um sujeito, no sentido de Kant. “Empírico”, por sua vez, refere-se aos fenômenos que podem ser apreendidos pelos cinco sentidos, sendo, deste modo, sinônimo de concreto ou objetivo.

¹² Esta interpretação que Foucault dá sobre aspectos específicos da obra de Kant pode ser achada em Han (2002: 22-37; 2005: 179-81). Sobre o papel de Kant na resolução do embate entre racionalistas e empiristas, ver Blunden (2006).

obras de Mill separadamente: o livro VI do *Sistema de Lógica* (SL), o *Utilitarianismo*, e também seus *Princípios de Economia Política* (PPE).

3.1.1. A figura do Homem no livro VI do *Sistema de Lógica* (SL)

Para fins deste artigo, a importância de estudar o livro VI do SL de Mill está em verificar como ele fornece uma metodologia para as ciências sociais, bem como defende certo conceito de “natureza humana”. Para chegar a este conceito, Mill observa que uma ciência da natureza humana deve lidar com os pensamentos, sentimentos (*feelings*) e ações dos seres humanos. Idealmente, esta ciência deveria ser capaz de prever como os seres humanos pensam, sentem e agem durante sua vida. Todavia, Mill admite, logo de início, que tal previsão é inexecutável. A inexecutabilidade reside no fato de que os pensamentos, sentimentos e ações humanas dependem do caráter do indivíduo (que possui várias causas) e das circunstâncias onde ele é colocado.¹³

No livro VI, Mill apresenta as condições para que o conhecimento ocorra, estando relacionadas, portanto, com o lado “sujeito de conhecimento” do Homem. O filósofo-economista sugere que a mente humana recebe impressões do mundo externo formando ideias. A partir de então, essas ideias são associadas segundo certas leis, de forma a poderem gerar conhecimento. A pergunta que se faz é: as leis da mente – que fornecem as condições para o conhecimento – estão separadas do mundo empírico ou não? Há claras evidências no livro VI de que *não estão*.

Uma dessas evidências diz respeito à determinação das “leis da mente”: Mill afirma que “Estas Leis da Mente elementares ou simples foram determinadas pelos métodos ordinários da investigação experimental”¹⁴. Mas em que consistem os “métodos ordinários de investigação experimental”? Mill apresenta os quatro possíveis métodos no livro III do SL, e explica que o objetivo da investigação empírica é a generalização e descoberta de regularidades causais resultantes de nossas interações *perceptuais* com o mundo ou conosco mesmos (por introspecção)¹⁵. Desta forma, as leis da mente que organizam as ideias impressas na

¹³ CW, VIII: 157. O método de citação das obras de J. S. Mill segue seus *Collected Works* (CW) editados por Robson, como indicado na bibliografia. A citação acima se refere à página 157 do volume VIII da edição referida.

¹⁴ CW, VIII: 161, *itálicos* e tradução do autor.

¹⁵ CW, VII: 278; ver também CW, VIII, p. 161.

mente *não são dadas por um sujeito transcendental*. Antes disso, elas resultam da interação de nossas percepções com o mundo, que gerarão “pensamentos, emoções, volições e sensações” em nossas mentes. Estes últimos serão as matérias-primas que nos permitirão descobrir introspectivamente as leis da mente. Mill observa, ainda, que as próprias leis da mente podem ter origem fisiológica¹⁶. Ou, traduzindo na terminologia arqueológica que adotamos: *o lado sujeito de conhecimento do Homem pode ter sua origem no lado objeto empírico (biológico) do Homem*.

A confusão entre os lados sujeito de conhecimento e objeto empírico do Homem no SL tende a dar ao pensamento de Mill o caráter “oscilante, que vagueia incansavelmente entre um e outro de dois polos opostos”, nas palavras de Paulani (2005: 68). No SL mais de uma vez Mill apresenta a natureza humana como maleável, chegando inclusive a mencionar os “vários tipos de natureza humana que se acham no mundo”¹⁷.

Quais são as consequências dessa mistura entre os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico para a “natureza humana” milliana? Pela descrição dada acima, pode-se dizer que, dependendo das circunstâncias sociais, culturais e históricas que nos rodeiam, certas impressões serão gravadas em nossas mentes e, conseqüentemente, apenas certas associações de ideias ocorrerão. Assim, a associação específica de ideias que alguém calha de possuir depende também do meio social do indivíduo. Se considerarmos que o caráter do indivíduo é formado não apenas pelas leis de associação das ideias, mas também pelas próprias impressões que são gravadas na mente, então a teoria de Mill não se esgota nas leis da mente. Esta é a razão de ele desenvolver a ciência puramente dedutiva da Etologia, que vai nos ensinar como se forma o caráter dos indivíduos. O objetivo da Etologia é estudar como, dadas as leis primárias da mente (que são empiricamente verificadas por introspecção), podem-se deduzir leis secundárias acerca do caráter, não só do indivíduo, mas também dos grupos humanos (caso em que teremos a Etologia Política). (CW, VIII: 72).

¹⁶ CW, VIII: 161.

¹⁷ CW, VIII: 175, 222. Ver também, por exemplo, a influência da educação para explicar as diferenças entre os “fatos mentais” dos indivíduos. Peart e Levy (2005) discorrem sobre a maleabilidade da natureza humana nos clássicos (entre os quais Mill) e nos “pós-clássicos”.

Deste modo, pode-se interpretar a posição de Mill quanto à natureza humana como resultado do contato das leis da mente com circunstâncias sociais, históricas e culturais específicas (CW, VIII: 167). Daí Mattos (2005: 33) afirmar que há dois tipos de natureza humana em Mill, uma “primal” e outra “concreta” (que chamamos, neste artigo, de “empírica”): “(...) podemos relacionar a natureza humana ‘primal’ de Mill com a ciência da psicologia, e a natureza humana concreta ‘histórica’ com considerações etológicas”. Paulani (2005: 51), por sua vez, associa a cada uma dessas naturezas humanas uma metodologia de pesquisa social distinta: se olharmos apenas as leis da mente isoladamente, a ciência social deverá ser “abstrata, dedutiva, baseada em premissas ou axiomas tomados como verdadeiros”. Se, porém, levarmos em conta as circunstâncias históricas, sociais e culturais concretas em que vivem os seres humanos, a ciência social deverá adotar um método histórico de pesquisa (ou *dedutivo inverso*, na terminologia de Mill).

É exatamente o contato das leis da mente (que possibilitam o conhecimento) com circunstâncias concretas de natureza social, cultural e histórica que vão gerar associações de ideias que podem formar correlações espúrias. Para Mill, por exemplo, a ideia de “feminilidade” estar associada à “submissão” deveria ser questionada, como Mattos (1997: 76-9; 2005: 33-6) mostra. A ideia complexa de “mulheres submissas” seria apenas consequência de uma determinada conjuntura social, cultural e histórica. O mesmo ocorre com a associação da ideia de “negritude” e “servidão”, no debate de Mill com Carlyle sobre a “Questão Negra” (1850): para Mill, não é natural que povos africanos sejam servis, mesmo que nós assim os percebamos. Sua servidão é produto de condições sociais, culturais e históricas específicas. Se tais condições mudarem, mudarão também nossas associações de ideias e percepção acerca dos povos africanos. Em outras palavras, condições históricas concretas podem modificar as associações de ideias que temos, de forma a nos *revelar o que estava oculto* para nosso suposto conhecimento. Mais uma vez, os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico do Homem se confundem.

Esta tentativa de revelação do que estava oculto no suposto conhecimento do Homem é consequência da mistura de seus dois lados, e vai, segundo Foucault, permear o pensamento europeu ocidental sobre os seres humanos a partir do século XIX: de um lado, as condições para o autoconhecimento do Homem vão depender

das circunstâncias concretas e objetivas em que ele está situado; de outro lado, as circunstâncias concretas e objetivas em que ele está situado vão limitar seu autoconhecimento.

Vimos, assim, que a ambiguidade no conceito de indivíduo no livro VI do SL de Mill pode ser coerentemente interpretada como consequência da figura do Homem. Em resumo, no livro VI do SL pudemos: 1. encontrar seres humanos que possuem dois lados – um lado sujeito de conhecimento (pelas leis da mente) e outro objeto empírico (situado historicamente numa sociedade e cultura); 2. verificar que esses lados se misturam, pois as leis de associação dos sujeitos de conhecimento tem origem empírica (possivelmente biológica e certamente social, cultural e histórica); 3. constatar que o conhecimento gerado deste modo tem natureza ambígua e frágil, pois determinações empíricas sempre podem limitá-lo, gerando associações espúrias de ideias.

Investigaremos agora o *Utilitarianismo* de Mill, que é o cerne de sua filosofia moral. A importância deste livro para o cumprimento do segundo objetivo deste artigo reside no delineamento que Mill faz sobre qual seria uma boa sociedade e do tipo de ser humano que a habitaria. Mais uma vez, tentaremos verificar se este ser humano pode ser interpretado como Homem.

3.1.2. A figura do Homem no *Utilitarianismo*

Utilitarianismo é um livro curto dividido em cinco capítulos. O primeiro fornece um panorama da obra, enquanto o segundo define o Utilitarianismo na versão de Mill. O terceiro capítulo trata da fonte última de prazeres e dores que impulsionam as ações humanas, enquanto o quarto famosamente oferece uma prova do princípio da utilidade: nele, Mill tenta mostrar que não apenas a felicidade (na forma de experiências prazerosas ou agradáveis) é desejável, mas também que a felicidade *geral* é desejável e que, de fato, a felicidade é a *única coisa* que vale a pena desejar. O último capítulo do livro foi escrito separadamente dos outros, e trata da conexão entre o princípio da utilidade e da justiça. O capítulo mais importante para nós é o segundo (“*What Utilitarianism Is*”).

Neste capítulo, Mill define o Utilitarianismo como a doutrina que tem por fundamento aceitar a correção das ações na medida em que elas tendam a promover

felicidade, e seu erro na medida em que tendam a produzir o contrário da felicidade. Em seguida, Mill define felicidade como prazer, e ausência de dor; e infelicidade como o oposto (CW, X: 266).

Seguindo os princípios delineados no SL, sabemos que “prazeres e dores” são impressões deixadas em nossa mente pelo mundo exterior. Ações que impressionam nossa mente com a sensação de prazer seriam aprovadas, o contrário ocorrendo com ações que produzissem sensação de dor. Mill, contudo, está bem consciente das críticas que tal visão de moralidade pode ter: o escritor, historiador e amigo de Mill, Thomas Carlyle, frequentemente se referia ao Utilitarianismo como “*pig philosophy*”, pois supunha que os prazeres dos seres humanos não seriam distintos dos prazeres de outros animais (que também experimentam sensações de prazer e dor). Para escapar dessas acusações, Mill defende uma versão de Utilitarianismo que permite a experiência de “prazeres de alta ordem” (*higher pleasures*). Estes prazeres estão acima dos “apetites animais” e podem ser aproveitados assim que o ser humano tomar *consciência* deles.

Cabem aí duas perguntas: qual é a linha que separa os prazeres de alta ordem dos prazeres de baixa ordem? E como podemos tomar consciência destes prazeres?

Quanto à primeira pergunta, Mill responde que “juízes competentes”, que conhecem bem os dois tipos de prazer, são capazes de fornecer evidências para diferenciarmos uns dos outros. Estes mesmos juízes garantem que um prazer de alta ordem não é trocável por um prazer de baixa ordem, não importando a intensidade deste último (CW, X: 263). Podemos exemplificar como prazeres de alta ordem a leitura de filosofia, apreciação de poesia e música erudita, além do aprendizado da ciência.

Contudo, mesmo que um juiz competente esteja a par dos dois prazeres, nada impede que ele escolha um prazer de baixa ordem – como beber cerveja com os amigos assistindo a um jogo de futebol em vez de estudar *A Fenomenologia do Espírito*. Isto pode ocorrer devido à “fraqueza do caráter” do indivíduo, principalmente do jovem; e a influências deletérias do meio social em que o indivíduo se encontra (CW, X: 264-5).

As respostas de Mill às perguntas acima ainda geram dúvidas. Como garantir, por exemplo, que circunstâncias desfavoráveis ou a invenção de novos costumes não

interfiram no julgamento dos “juízes competentes”? Como um indivíduo que nasce em um meio social desfavorável pode se livrar da escolha de prazeres de baixa ordem?

Ora, se os juízes são pessoas concretas, historicamente situadas, sabemos que o conhecimento sobre a correção ou erro das ações é frágil e ambíguo, como mostrado na seção anterior sobre o SL. Abrindo espaço para a fragilidade deste conhecimento, Mill admite que possa haver dissenso entre os juízes, de modo que o veredito final seja dado pela maioria deles (CW, X: 265).

Por outro lado, se os juízes *não são* pessoas concretas, historicamente situadas – isto é, se são sujeitos transcendentais -- eles talvez possam fornecer conhecimento sólido sobre o status dos prazeres de alta ordem *vis-à-vis* os prazeres de baixa ordem. Contudo, esta hipótese entra em contradição com o que Mill apresenta no SL, ou seja, a ideia de que o conhecimento tem origem empírica.

Deste modo, temos um conhecimento frágil sobre a retidão de nossas ações, se os juízes forem pessoas concretas (o que é coerente com a filosofia da ciência apresentada no SL). Alternativamente, não temos conhecimento *nenhum*, se os juízes forem sujeitos transcendentais (pois todo conhecimento começa na experiência).

E como um indivíduo jovem, que nasceu em meio social desfavorável, poderia escapar dos prazeres de baixa ordem? Primeiramente, devemos notar que, embora nossas ações sejam resultados de causas, isto não significa que somos *forçados* a agir de tal modo, nem que as ações ocorrerão independentemente de nossa vontade. Ou seja, Mill não é fatalista.¹⁸

Contudo, ainda há um problema para o jovem desabonado escapar das determinações do meio em que nasceu: harmonizar a ideia de que o mundo e as ações humanas são determinados por causas com a ideia de que não somos forçados a agir segundo essas causas. Dado que a capacidade de escolha individual é de suma importância para o bem-estar do indivíduo¹⁹, como podemos compatibilizar a causação determinista com a liberdade? Sim, pois o que se percebe é uma incompatibilidade intrínseca entre analisar o indivíduo como *empiricamente* determinado e, ao mesmo tempo, capaz de *transcender* essas determinações via liberdade de escolha. Como se vê, temos aí uma tensão entre os dois lados do

¹⁸ Ryan, 1990: 105 e ss.; Mattos, 1997: 89; CW, VIII: 221-4.

¹⁹ ver, por exemplo, o capítulo III de *On Liberty*: CW, XVIII: 265 e ss.

Homem: somente um sujeito transcendental, intocado pelo mundo empírico, poderia compreender as causas de sua ação e ter liberdade.²⁰ Mas como o sujeito de conhecimento milliano é originalmente empírico, a possibilidade de compatibilizar liberdade de escolha e causalidade fica comprometida.

Outra maneira para Mill tentar resolver o problema do jovem é apelar para a distinção entre os conceitos de vontade (*will*) e desejo (*desire*). Enquanto o último está relacionado à sensibilidade passiva, a primeira é ativa e pode gerar desejos novos²¹. Desta maneira, alguém nascido em meio social desfavorável e que pretende escolher apenas prazeres de alta ordem pode apelar para a força de vontade de modo a se inserir em circunstâncias que lhe permitam experimentar tais prazeres. Contudo, como Ryan mostra (1990: 127), esta ideia gera uma regressão infinita: para começar a desenvolver minha força de vontade eu preciso já me colocar sob certas circunstâncias; no entanto, para me colocar em qualquer circunstância, eu já devo ter força de vontade, e daí em diante. Como no parágrafo acima, somente um sujeito *transcendental* poderia ter liberdade para acionar a força de vontade de *fora* das circunstâncias sociais, culturais e históricas *empíricas*, de modo a permitir ao jovem escolher prazeres de alta ordem. Se o sujeito de conhecimento tem origem empírica, ele cairá na regressão infinita, sem liberdade para escolher. Ou seja, mais uma vez a tensão entre os lados sujeito de conhecimento/objeto empírico do Homem aparece.

O modo de Mill lidar com essa tensão aponta para mais uma característica da figura do Homem: mostrar que o Homem realizará sua essência num futuro indeterminado. E aqui Mill afirma que os seres humanos mais felizes são aqueles que não encontram a felicidade diretamente, mas a descobrem em um “fim *ideal*”²² ou numa “nobreza *ideal* de vontade e conduta”²³. Ou seja, a sociedade mais feliz seria aquela em que a felicidade é atingida apenas indiretamente, por meio de atos nobres, tais como estar atento à felicidade alheia ou à melhora da humanidade. As tensões que identificamos acima somadas a esta felicidade adquirida apenas indiretamente são sinais de um “transcendentalismo do sujeito que vai contra a lógica indutiva” de Mill, nas palavras de S. J. Heans²⁴.

²⁰ É a ideia que Kant apresenta na *Crítica da Razão Prática*; ver Ferry (2009: 91-9).

²¹ Mattos, 1997: 81.

²² Como Mill coloca na sua Autobiografia: ver CW, I: 96.

²³ CW, VIII: 233, tradução e itálicos do autor.

²⁴ 1992: 97, tradução do autor.

Ou seja, esse transcendentalismo separa a ideia de felicidade das sensações externas de prazer que chegam aos nossos sentidos. Deste modo, idealmente, deveríamos sacrificar um prazer sensual (como ir à praia) em nome de um prazer futuro de alta ordem (por exemplo, ter estudado a filosofia de Mill). Deste modo, nossas ações *concretas* não deveriam ser guiadas pelos prazeres imediatos que chegam a nossos sentidos ao executá-las, mas sim pelo prazer futuro imaginado do *sujeito de conhecimento ideal* que serei.

Como consequência, a sociedade mais feliz possível de Mill *não é empírica*. Ela *não existe no presente*. Ela é a sociedade que existirá num futuro indeterminado quando os sujeitos *empíricos* forem transformados nos sujeitos *ideais* e nobres imaginados por Mill. Ou no jargão de Foucault: as ações das pessoas *empíricas* são balizadas pelo conhecimento que sujeitos *transcendentais*, *ideais*, possuem sobre os tipos de prazeres considerados de alta ordem. Os sujeitos ideais do futuro serão formados no longo prazo, enquanto a educação e o treinamento mudam a estrutura de personalidades da sociedade concreta. À medida que as personalidades mudam, as *pessoas empíricas* vão adquirindo *consciência* de que ler poesia é mais prazeroso do que jogar *pushpin*, desta forma mudando suas ações e a própria sociedade.

Mais uma vez ficam claras aqui as similaridades entre o pensamento de Mill e Marx. Em outras palavras, ainda que as diferenças entre Marx e Mill sejam imensas, suas visões acerca do processo de evolução da sociedade capitalista e da consciência dos indivíduos no tempo carregam semelhanças importantes do ponto de vista arqueológico. Tanto Marx como Mill creem que circunstâncias concretas limitam o autoconhecimento dos indivíduos (ou seja, que circunstâncias *empíricas* limitam as *condições de conhecer do sujeito*). Por outro lado, ambos aceitam que a expansão no autoconhecimento pode modificar essas circunstâncias concretas (ou seja, *condições de conhecer mais amplas do sujeito* podem modificar suas circunstâncias *empíricas*). Para um, este processo histórico se dá pela luta de classes; para outro, se dá pela educação e treinamento. Mas na obra de ambos a figura do Homem aparece, ainda que em formas distintas.

Em resumo, a figura do Homem aparece no *Utilitarianismo* de Mill quando:

1. há incompatibilidade entre a ideia de liberdade e a ideia de determinação causal;
2. sujeitos ideais balizam as ações de pessoas empíricas na história; e
3. tanto a ideia de

força de vontade quanto de liberdade de escolha necessitam de um sujeito transcendental para evitar incoerências na explicação da ação dos indivíduos concretos.

3.1.3 A figura do Homem e os *PPE*

Embora Mill defina a economia política como ciência dedutiva, *a priori* e inexata (pois trata apenas de tendências), não se pode afirmar que ele use exclusivamente o conceito de homem econômico nos seus *PPE*. Isto pode ser verificado pelo subtítulo da obra (“com algumas aplicações à filosofia social”); quanto por comentadores, como Bladen.²⁵ É através da aplicação prática da economia política, longe do homem econômico abstrato, que a figura do Homem aparece nos *PPE*.

Os *PPE* são divididos em cinco livros, nesta ordem: 1. produção; 2. distribuição; 3. trocas; 4. influência do progresso da sociedade sobre a produção e distribuição; e 5. influência do governo. Destes livros, o mais importante no que tange à figura do Homem é o quarto, o livro mais curto dos *PPE*. É importante observar que a figura do Homem também pode ser achada em outros livros dos *PPE*, mas o quarto é mais significativo no tocante à interpenetração dos lados sujeito de conhecimento/objeto empírico das atividades econômicas.

Os primeiros cinco capítulos do livro quarto analisam o que ocorre com valores, preços, lucros, salários e renda da terra enquanto a população e o sistema capitalista crescem e se desenvolvem. Esta análise é feita ao estilo de Ricardo: supondo 1. que todos ajam autointeressadamente; 2. que haja três classes na sociedade (capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras); 3. a lei da população e o princípio dos rendimentos decrescentes sejam válidos; então, no longo prazo, o crescimento econômico beneficiará apenas os donos de recursos. Os lucros tenderão a um mínimo e a taxa de salário tenderá ao nível de subsistência. Na visão de Ricardo, o estado estacionário consiste em “uma população superabundante de trabalhadores predominantemente autointeressados sobrevivendo com um salário de subsistência espartano”.²⁶

²⁵ CW, II: 18.

²⁶ Riley, 1998: 318, tradução do autor.

Contudo, esta *não é* a visão de Mill com relação ao desenvolvimento da economia capitalista. No capítulo 6 do livro quarto ele apresenta sua visão de “estado estacionário”. Seu ponto de vista difere substancialmente do de Ricardo e isto pode ser compreendido como efeito da figura do Homem. Coerente com sua apresentação no *SL* e no *Utilitarianismo*, Mill compreende que o homem econômico existe dentro de um contexto histórico específico, que era a Inglaterra vitoriana. Deste modo, o “homem econômico” pode representar apenas um estágio no desenvolvimento dos seres humanos rumo à sociedade ideal, onde o desejo de acumulação não é tão intenso. Nesta sociedade ideal, o tempo e dinheiro dos seres humanos serão gastos em atividades nobres e objetos com alto índice de utilidade de alta ordem. Vale a pena citar trechos dos PPE onde tal visão se explicita:

*Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado natural dos seres humanos é o da luta pelo sucesso [struggle to get on]; que a confusão, correria e a grosseria de uns com os outros [that the trampling, crushing, elbowing, and treading on each other's heels] que formam o tipo existente de vida social, são o destino mais desejável da raça humana. Elas não são nada a além de sintomas desagradáveis de **uma das fases do progresso industrial. Ela pode ser um estágio necessário no progresso da civilização**, e aquelas nações europeias que até aqui tiveram a sorte de serem preservadas desse estágio, terão ainda que passar por ele”*(CW, III: 227, negrito e tradução do autor).

Neste trecho Mill claramente se distingue de Ricardo, onde a busca frenética do homem econômico por riqueza é vista como apenas um estágio de desenvolvimento da humanidade. Ou seja, é possível *revelar* para o lado *sujeito de conhecimento* do Homem – como Mill faz no trecho acima -- que o contexto social, histórico e cultural *concretos* em que o Homem vive representa apenas um estágio de seu progresso.

De posse deste *conhecimento*, é possível que o indivíduo adote uma postura frugal e prudente de ação. Se a *consciência deste conhecimento* se espalhar pelos indivíduos da sociedade, o próprio contexto social, histórico e cultural *concretos* pode ser alterado: indivíduos *concretos* podem votar por uma legislação que premie não mais a busca desenfreada pela riqueza. Como consequência, a *realidade concreta* da sociedade pode ser modificada pela *consciência dos sujeitos* de que a busca da riqueza não conduz à maior felicidade possível. Ou seja, no estado

estacionário de Mill os trabalhadores não vivem com “salário de subsistência espartano”, mas são “bem pagos”; os trabalhos duros diminuem; a possibilidade de “cultivar as graças da vida” surgem; e as fortunas não são enormes:

(...) podemos supor que esta melhor distribuição de propriedade atingida, pelo efeito conjunto da prudência e frugalidade dos indivíduos, e de um sistema de legislação favorecendo a igualdade de condições [equality of fortunes], na medida em que é consistente com a justa reivindicação do indivíduo aos frutos, grandes ou pequenos, de seu próprio esforço [his or her own industry](...)Sob essa influência dupla, a sociedade exibiria estas condições principais: um corpo de trabalhadores bem pagos e afluentes; sem grandes fortunas, (...) mas um mais grande número de indivíduos que hoje, não apenas isentos dos trabalhos mais toscos, mas com tempo livre suficiente, tanto físico quanto mental, de detalhes mecânicos, livres para cultivar livremente as graças da vida e oferecer exemplos delas para as classes menos favorecidas, para seu crescimento [to cultivate freely the graces of life, and afford examples of them to the classes less favourably circumstanced for their growth]. Esta condição da sociedade, tão preferível à atual, não é apenas compatível com o estado estacionário, mas, assim parece, mais naturalmente aliada deste estado do que a qualquer outro. (CW, III: 228, tradução do autor)

Por fim, embora estado estacionário encontre um limite no tamanho da população e na acumulação de capital, a qualidade de vida dos seres humanos continuaria melhorando. Isto poderia ser conseguido, pois, à medida que os *sujeitos de conhecimento* percebem que a busca exclusiva pela melhora material não conduz à maior felicidade possível, a *realidade concreta* também vai se alterando. De posse desta *consciência*, os indivíduos *concretos* abandonam a busca exclusiva de riqueza, abrindo espaço para a “arte de viver”. Nesta sociedade ideal futura, bens que contêm utilidades de alta ordem substituiriam bens que possuem utilidades de baixa ordem, de forma a contemplar ainda o avanço moral e social da humanidade:

Há pouca necessidade de observar que um estado estacionário de população e capital não implica um estado estacionário de progresso humano [human improvement]. Haveria mais escopo que nunca para todos os tipos de cultivo das atividades intelectuais [mental culture], e progresso moral e social; mais espaço para melhorar a Arte de Viver, e probabilidade muito maior de ela ser melhorada, quando as mentes não forem mais ocupadas pela arte de lutar pelo sucesso na vida ou trabalho [art of getting on]. Mesmo os ofícios produtivos poderiam ser honesta e bem-sucedidamente cultivados, com a única diferença que, em vez de servir ao propósito de

aumentar a riqueza, o progresso industrial [industrial improvements] produziria seu efeito legítimo, ou seja, diminuir o tempo de trabalho [that of abridging labour] (CW, III: 229, tradução do autor)

O que os trechos acima apontam é um entrecruzamento entre os dois lados da figura do Homem: à medida que *sujeitos de conhecimento* adquirem consciência com a evolução do *tempo histórico*, as *pessoas situadas historicamente* mudam suas ações de forma a alterar a realidade social, cultural histórica *concretamente*.

E, de fato, Mill está ciente da importância da busca da verdade através da atividade intelectual dos *sujeitos de conhecimento*. É isso que leva ao progresso *concreto* da humanidade (CW, VIII: 214). Desta forma, Mill insiste no papel da educação no último capítulo do livro V dos PPE: ela poderá fornecer ao *sujeito de conhecimento* subsídios para que sua *ação como pessoa concreta* seja compatível com o atingimento da maior felicidade possível.

Em suma: Mill não estava simplesmente expondo a doutrina de Ricardo nos PPE. É verdade que ele aplica o tipo de dedução baseada em pressupostos simples que Ricardo frequentemente usava. Ele faz isso porque define explicitamente conceitos cruciais como trabalho, capital, valor, preços etc., de forma a poder ordená-los numa cadeia dedutiva. Contudo, depois disso Mill mergulha nos fatos históricos, mostrando como os resultados da cadeia dedutiva podem ser modificados de acordo com circunstâncias concretas específicas. É aí que Mill descreve os diferentes contextos sociais, culturais e históricos que incentivam ao trabalho (capítulo 8 do livro I) e diferentes modos possíveis de distribuição da riqueza, dependendo do tipo de organização produtiva do trabalho (capítulos 5, 6, 7 e 8 do livro II).

Nestes momentos a figura do Homem aparece, pois Mill mostra como diferentes contextos econômicos *concretos* alteram o *sujeito de conhecimento*. Dependendo do contexto *concreto*, o sujeito pode ser ou não ser capaz de reconhecer o caminho e ações que levam ao progresso econômico da humanidade. Mais uma vez, o contexto social, cultural e histórico *concreto* condiciona a *capacidade de conhecer do sujeito*. Por outro lado, a *capacidade de conhecer do sujeito* pode alterar seu contexto *concreto*.

Por fim, idealmente, a cadeia de progresso material pode ser resumida assim para Mill: 1. lentamente os seres humanos progridem de um estado selvagem onde o

desejo de riqueza que caracteriza o homem econômico não é tão forte; 2. passam por um estágio necessário da evolução material onde o desejo de riqueza é forte (e que corresponde à Inglaterra vitoriana da época de Mill); e finalmente 3. chegam a um estágio ideal futuro onde o desejo de riqueza se enfraqueceria mais uma vez, e as pessoas gastariam seus recursos e tempo em ações nobres e prazeres de alta ordem.

4. Considerações Finais

O artigo teve dois objetivos: mostrar como uma análise de discurso pode ser útil para entender a produção do saber econômico além da abordagem retórica; e 2. aplicar a análise de discurso do tipo arqueológico para entender as contradições no conceito de indivíduo de Mill.

Verificamos, em primeiro lugar, que a análise do discurso está em uma dimensão *além da retórica*, pois trata das condições que possibilitam o aparecimento de *campos referenciais e processos de referenciação* em certas épocas e lugares. Desta forma, a análise de discurso provê as condições para que a referência das palavras aos entes do mundo ocorra, de modo a gerar conhecimento verdadeiro – ou passível de verificação ou falsificação. Ou seja, não há razões para o ceticismo do poeta quanto à (in)capacidade da palavra de interagir com a vida mental e a vida concreta dos indivíduos: a linguagem é prática concreta entre muitas outras, participando ativamente do modo como objetivamos a realidade e como nos tornamos sujeitos.

Em segundo lugar, verificamos que Mill encontrava-se efetivamente na rede que une, organiza e possibilita objetivar os seres humanos como formas da figura do Homem, e que possui a história como fio condutor. Neste caso, o *campo referencial* recorta o Homem como objeto empírico da biologia, economia política e filologia e *também* como sujeito de conhecimento que dá as condições para a solidez destas ciências empíricas. Desta forma, o *processo de referenciação* destas ciências ao Homem é frágil e ambíguo, pois é o próprio Homem que condiciona este processo de referenciação. Daí a verdade descoberta pelas ciências humanas ser igualmente frágil e ambígua, segundo Foucault. Outra consequência é que as diferenças e polêmicas entre Mill e outros autores (como Marx) podem ser, em parte, explicadas pelo fato de

estarem na mesma rede organizadora do saber que vigorava na Europa Ocidental no século XIX.

Por fim, o artigo como um todo procurou demonstrar que a arqueologia vai além da retórica ao retomar a questão da verdade não apenas como correspondência de termos teóricos aos entes concretos do mundo. A arqueologia, de fato, busca identificar qual é a grade de inteligibilidade historicamente situada que permite realizar apenas algumas correspondências entre teoria e mundo, e apenas algumas objetivações dos entes concretos do mundo e não outras.

O método arqueológico apresentado aqui pode ajudar a compreender o motivo de haver controvérsias quanto à representação dos seres humanos no pensamento econômico – veja-se, por exemplo, as divergências quanto ao assunto entre Menger e Schmoller na “Batalha dos Métodos”, ou o “Problema de Adam Smith”. Enquanto analisado na forma de “homem”, estas controvérsias, para Foucault, seriam insolúveis. Isto não significa, contudo, que não haja objetividade nas ciências que estudam o homem; esta objetividade, contudo, talvez fosse mais bem compreendida como um processo permanente de objetivação e subjetivação dos seres humanos. Neste processo, o arqueólogo do saber investiga as grades de inteligibilidade históricas que nos permitem conhecer os seres humanos, enquanto o genealogista identifica as estruturas de poder que condicionam e potencializam as ações humanas.

5. Referências

- ARAÚJO, Inês L. (2004) *Do Signo ao Discurso: Introdução à Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Parábola Editorial.
- ARIDA, Pérsio. (2003) *História do Pensamento Econômico Como Teoria e Retórica*, in Gala, Paulo; e Rego, José. M., *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*, São Paulo, Ed. 34.
- BALDWIN, Thomas. (2008) *Philosophy of Language in the Twentieth Century*, in Lepore, Ernest.; Smith, Barry. C. (Eds.), *The Oxford Companion to the Philosophy of Language*, Oxford, Oxford University Press.
- BLADEN, Vincent. W. (1965) *Introduction*, in Robson, John. M. (Eds), *The Collected Works of John Stuart Mill, Volume II- The Principles of Political Economy with Some of Their Applications to Social Philosophy (Books I-II)*, Toronto, University of Toronto Press, London, Routledge and Kegan Paul.

- BLUNDEN, Alan. (2006) *Kant: The Sovereign Individual Subject*. Fonte: <http://www.werple.net.au/~andy/works/kant.htm>. Acedido em 29/05/2007.
- DASTON, Lorraine. (Ed.) (2000) *Biographies of Scientific Objects*, Chicago, Chicago University Press.
- FERRY, Luc. (2009) *Kant: Uma Leitura das Três Críticas*, Rio de Janeiro, Difel.
- FOUCAULT, Michel. (2000) *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Martins Fontes.
- GALA, Paulo; e REGO, José M. (2003) *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*, São Paulo, Ed. 34
- GALLAGHER, Catherine. (2006) *The Body Economic: Life, Death and Sensation in Political Economy and the Victorian Novel*, Princeton, Princeton University Press, 2006.
- HAN, Béatrice. (2002) *Foucault's Critical Project: Between the Transcendental and the Historical*, Stanford, Stanford University Press.
- _____. (2005) *Is Early Foucault a Historian? – History, history and the Analytic of Finitude, Philosophy and Social Criticism*, 31,5-6, London, Sage publications.
- HEANS, S. J. (1992) Was Mill a Moral Scientist?, *Philosophy*, 67, 81-101.
- KANT, Immanuel. (2006 [1798]) *Antropologia de Um Ponto de Vista Pragmático*, São Paulo, Iluminuras.
- _____. (1999 [1787]) *Crítica da Razão Pura*. Coleção Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural.
- MÄKI, Uskali. (Ed). (2003) *Fact and Fiction in Economics: Models, Realism and Social Construction*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATTOS, Laura. V. (1997) A natureza humana e o homem econômico milliano, *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 27, 1, 69-96.
- _____. (2005) Mill's Transformational View of Human Nature, *History of Economic Ideas*, XIII, 3, 32-55.
- McCLOSKEY, Donald. N. (1983) The Rhetoric of Economics, *Journal of Economic Literature*, 21, 481-517.
- MIROWSKI, Philip. (1989) *More Heat than Light: Economics as Social Physics, Physics as Nature's Economics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PAULANI, Leda. (2005) *Modernidade e Discurso Econômico*, São Paulo, Boitempo.
- PEART, Sandra.; LEVY, David. M. (2005) *The Vanity of the Philosopher: From Equality to Hierarchy in Post-Classical Economics*, Michigan, University of Michigan Press.
- REID, Jeffrey. (2007) *Real Words: Language and System in Hegel*, Toronto, University of Toronto Press.

ROBSON, John. M. (Eds.) (1985) *The Collected Works of John Stuart Mill in 33 Vols*, Indiana, The Liberty Fund.

RYAN, Alan. (1990) *The Philosophy of John Stuart Mill*, Second Edition, London, McMillan.